



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 9/2024-----

-----5ª Sessão Extraordinária de 2024 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 03 de Dezembro de 2024 -----

-----Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** primeiro secretário e **José Júlio de Jesus Ferreira**, p'la segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montês Serralheiro Reis	Partido Socialista
Márcia Filipa Nunes Duarte	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Francisco Manuel Vicente Correia	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	José Manuel Figueiredo Santos	1 dia	03/12/2024	José Luis Mateus Barbudo
PS	Joaquim Paulino Duarte	1 dia	03/12/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	03/12/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	03/12/2024	Paulo Jorge Santos Riscado
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	03/12/2024	Ricardo Nuno Vieira Cândido
PAN	Ricardo Nuno Vieira Cândido	1 dia	03/12/2024	César Rodrigo Simões Valente
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	1 dia	03/12/2024	Marilu Veiga Batista Santana



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	03/12/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PS	Ana Sónia de Oliveira Vicente	1 dia	03/12/2024	Maria de Lurdes Montês Reis
Chega	Patricia Alexandra Ferro	1 dia	03/12/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	03/12/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	03/12/2024	Dário José Pereira dos Reis
PS	Dário José Pereira dos Reis	1 dia	03/12/2024	Ana Isabel Bernardino Vieira
PS	Ana Isabel Bernardino Vieira	1 dia	03/12/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	03/12/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1dia	03/12/2024	Ana Catarina Martins Sousa
PS	Ana Catarina Martins Sousa	1 dia	03/12/2024	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
PS	Nuno Filipe Marcelo Monteiro	1 dia	03/12/2024	Luis Carlos Costa Paiva
PS	Luis Carlos Costa Paiva	1 dia	03/12/2024	Ana Filipa Barradas da Cruz
PS	Ana Filipa Barradas da Cruz	1 dia	03/12/2024	Paulo Fernando Coelho Silva
PS	Paulo Fernando Coelho Silva	1 dia	03/12/2024	Márcia Filipa Nunes Duarte
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	03/12/2024	Bruno Miguel Candeias

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
-------	----------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador - Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador - Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
--------------------------------	---

-----Quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **5ª Sessão Extraordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e informou que iria iniciar os trabalhos. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada quatro inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **João Mendes**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Ora, boa noite, Senhor Presidente. Mais representantes do nosso município, nos dois assuntos que trago, que trago aqui e são dois documentos que deixarei cá. É um assunto, que diz respeito ali à nossa zona, é a zona ali da Torre, em frente à Penina. Entre, entre a Figueira e Portimão. Venho aqui fazer uma reclamação, e vou lê-la, que é respeitante à limpeza das valetas dessa, de toda essa zona. Então, vou desde já, vou desde já ler. -----

Os abaixo-assinados, agentes económicos e moradores. No lugar da Torre pedem intervenção urgente dos serviços de limpeza do município local. Conforme aqui, o mapa anexo entre a rotunda da 125 e o túnel do caminho de ferro, que vai para, para a Urbanização de Serra e Mar. O motivo, as referidas, valas estão cheias de entulho e lixo. Considerando que a referida via tem um grande movimento de trânsito agravado nas alturas de atividades do autódromo, em que a fila de carros costuma imobilizar-se durante várias horas, especialmente quando é que termina as provas, sucede nesta altura um avolumado de lixo. Pelo facto de as pessoas estarem todas paradas durante horas, os automobilistas aproveitam e atiram garrafas e outros desperdícios para as valas. As intervenções verificadas nos últimos anos, resumem-se no corte das ervas com uma roçadora, não sendo retirado o entulho. Em conversa com o operacional profissional de uma firma privada foi-nos transmitido que o serviço dele, era só o corte, não estando agendada qualquer retirada de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



entulho para essa empresa, referiu ainda que a Proteção Civil mais tarde, limparia esse entulho. O referido local é uma zona de também de enoturismo, recebe centenas de turistas, não deixando uma boa imagem ao município, o referido local também é residência habitual de muitos munícipes, é a bem dizer o pulmão aqui da cidade também de Portimão. Crítico também todos os dias passar lá o camião da EMARP e veículos da fiscalização e ninguém reparar na sujidade que essas valas têm, que já têm plantas de mais de um metro de altura, o entulho vai, coiso e aquilo já acaba por ser uma turfa. E, enfim, aquilo. Antigamente, há muitos anos havia um funcionário daqui da Câmara, que a vida dele era fazer os dois Quilómetros para Norte e os dois Quilómetros para Sul. Assim passava o ano, limpava aquilo tudo com muito cuidado, até com até com a colaboração dos agricultores. Tudo o que era aquele lixo, vamos, vamos dizer, resíduos orgânicos, jogava-se novamente para dentro da propriedade e agora que não sei, acho que é uma empresa contratada por o município, acho que através da Junta de Freguesia de Alvor e aquilo, nunca mais ninguém ligou àquela zona pronto, isto é um dos assuntos. Não sei sequer se vão responder agora ou se responderão a seguir ao segundo assunto.-----

Pronto, o outro é um pedido de alteração sinalética, o pedido de alteração de um sinal rodoviário, que está também nessa rotunda da 125. Para aquela estrada que vai para Alcalar. Todos os dias somos confrontados com veículos pesados, grandes dimensões de semirreboques, muitos deles até, ou pensam que atalham ali para ir para o Autódromo e quando chegam ao referido túnel, empacam, não consegue entrar, conhecem quase todos conhecem aquele túnel. O túnel não está no enfiamento da estrada e o ângulo de viragem é impossível. Então esses camiões vão de marcha atrás, quase até à 125 novamente, cerca de 1 km. Muitas vezes conseguem fazer a viragem e em cima das terras dos proprietários, inclusive também a minha e aquilo torna-se perigosíssimo, porque não é sítio de ultrapassagem, já houve acidentes graves ali. E aquela situação tem resolvido, então eu vou deixar aqui um documento, o que é que eu pedia? Pedia que se colocasse um sinal com boas dimensões na 125, antes da rotunda alertando para o túnel. Corrigindo a altura está lá 3 M e meio, não tem 3 m e meio porque o túnel como sabem aquilo é uma passagem que faz assim concava em cima e dizendo também que o comprimento do veículo não podia ser superior a isso, porque o sinal já está na via, depois de virar, então o camião o que é que pensa, eh pá, já agora vou mais um bocadinho, porque já não consegue fazer a manobra que aquilo é muito estreito. E por exemplo porem mais um sinal maior, que o sinal que está lá, aqui no documento é um sinalito com 40 cm de altura de mais ou menos um triângulo com 30, 40 cm, não se vê. E pôr outro sinal também já nessa reta, portanto, alertar não deixar que os camiões entrem nessa, nessa, EM532, avisá-los antes disso que não é possível ir por ali, eles mais à frente podem ir ali à zona do Horta 2 e entrar para o Autódromo por essa estrada. Pronto são estes 2 assuntos. Agradeço a vossa atenção, se puderem dar alguma resposta. Sim, Senhora, de qualquer maneira, posso deixar o documento aqui. Está bem, OK, está muito obrigado então, muito obrigado.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à segunda cidadã inscrita, **Ana Marta Costa** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos. Eu tive a oportunidade de estar aqui. Na anterior Assembleia sobre o Estado da Nação e gostava de falar agora, pensava que tinha direito a falar na outra Assembleia,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas, no entanto, venho falar nesta sobre o que se passou na outra e pôr à vossa consideração, vários assuntos, então nós falamos imenso sobre habitação, sobre construção. Construir, construir e eu venho falar aqui da outra parte da parte que sustenta toda a construção que sustenta a cidade e que a torna habitável. Eu pertenço à “Cidade da Participação”, sou bióloga e vocês alguns já me conhecem, outros já foram meus professores. Tenho aqui muitas Caras conhecidas. E eu venho falar primeiro de uma zona que é muito importante para nós, “Cidade da Participação” e outras associações, muitos municípios de Portimão, que é o João de Arens. -----

Gostava de perguntar qual é o estado de situação do João de Arens? Como é que estão as negociações? Se vai haver algum hotel, se não vai haver nada, se poderíamos falar em gestão ambiental partilhada? Se poderemos falar num espaço verde para os munícipes, a, porque atualmente já existem muitas, muitos proprietários, em vez de terem rentabilidade através da construção, muitos relatórios podem recorrer a fundos ambientais para conservar e chamam-se serviços de ecossistemas e há muitas empresas atualmente de colegas meus a trabalhar sobre essas soluções para os proprietários dos terrenos. O João d’Arens, à semelhança do João d’ Arens as Alagoas Brancas, ali em Lagoa. Nós temos estado a trabalhar com várias associações ambientais e temos estado a trabalhar precisamente para preservar a área, que é uma área de biodiversidade única. E pronto queremos saber qual é o ponto de situação do João d’ Arens, porque é uma área que acho que faz falta a Portimão é a única zona verde, ainda que temos na Costa. A tal, última janela verde para o mar. A seguir, quero falar de espécies invasoras. Há uma grande quantidade de “Pennisetum” em todo o lado. Agora, Pennisetum é aquele rabo de gato que está a ser espalhado pelas autoestradas todas. Eu enviei um e-mail ao biólogo e ao Departamento de Ambiente de, daqui da Câmara. Porque realmente nós estamos a plantar estas plantas, elas estão a ser lançadas por todo lado. Há três espécies de Pennisetum, há uma que é híbrida e estéril, que pode ser plantada, não há problema nenhum e há duas que são invasoras e às vezes há informação que, porque as espécies invasoras de um momento para outro podem ser invasoras, porque alguém decide experimentar e não se deve experimentar plantas novas. Devem se usar as que já estão reportadas. Então, está tudo espalhado, cheio de Pennisetum, o que é? E além disso é um grande problema para a saúde pública. A, vai custar milhões à autarquia para erradicar. E é só mesmo uma ação de formação com colegas biólogos, com os jardineiros das autarquias. Fazer uma ação de controlo, para não haver tanto Pennisetum que causa mesmo muitas alergias. O meu filho, por exemplo, está a apanhar vacinas que custam imenso dinheiro, precisamente por causa desta “Poaceae” que é uma planta que espalha muito facilmente os esporos. A outra questão é a Foz do Arade, eu fiquei muito preocupada quando aconteceu isto em Valência. Lembrei-me logo da Foz do Arade. Foi um projeto que nós participámos e mais professores meus colegas também participaram nas consultas públicas. Infelizmente, a Foz do Arade foi adiante. É uma zona que fica em planície de inundação do Rio Arade, assim como a baixa de Portimão e a Marina. São zonas que se houver, pronto, um tsunami é logo o pior, não é, o pior, é o tsunami, mas se houver as cheias, é uma zona que é, antigamente era uma zona alagadiça e devido a toda a impermeabilização das ribeiras, todas as espécies invasoras, como as canas, e há pouco tempo surgiu um artigo no Público do Idálio Revez que eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aconselho a ler, que é exatamente sobre as canas que estão em todas, se seguirem pelo Google Maps, uma linha verde, todas as ribeiras de Portugal quase inteiro, estão rodeados, estão cheias de canas, as canas aumentam, as canas fazem com que as cheias sejam ainda mais rápidas, ou seja, a Ribeira que ela consegue a absorver não consegue por causa das canas e então a água ainda mais direcionada para a Foz do Rio, eu queria vos alertar porque nós devemos agir na prevenção e na segurança das pessoas e bens. E foi isso também que alertámos nas Alagoas Brancas, sempre que há muita construção em zonas de leito de cheia e em zonas de planície de inundação de rios, em zonas cárnicas como João de Arens e com as Alagoas Brancas, há perigo para pessoas e bens e há pessoas do NEG, há universitários, há pessoas que trabalham na área que sabem exatamente emitir os pareceres técnicos devidos. Eu não estou a dizer que a CCDR ou a APA, não tenham competências, o que eu estou a dizer é que às vezes há demasiado trabalho e demasiado volume e podem estar a não acautelar situações como estas, construção demasiada, impermeabilização e a segurança de pessoas e bens. -----

Pronto, eu queria mesmo apelar para isto. Para minimizar ao nível de construção e porquê? Vai, vai exercer efeitos sobre pessoas e bens e a segurança. Obrigada.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à terceira cidadã inscrita, **Lucinda Oliveira Caetano** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite, é um prazer revê-lo já ao fim de algum tempo. O que me traz cá hoje, na verdade, são 2 perguntas e uma sugestão e que tem a ver com estratégia municipal de habitação. E por um lado, perguntar se a Câmara, o executivo e a própria Assembleia se pensam rever a estratégia municipal de habitação, agora com a aprovação da alteração à lei dos solos, que irá permitir a construção de habitação em solo rústico para habitação social e habitação a custos moderados. Que eu acho que seria importante porque é um tema muito, muito sério, que está na ordem do dia e que é inclusive de âmbito nacional. A segunda pergunta é sobre alojamento local, se continua, se a Câmara de Portimão continua a aceitar a inscrição ou registo do alojamento local, porque na estratégia de habitação, apenas vi que sugerem maior controle, mas não, não o impedem, só queria essa confirmação. E terceiro é uma sugestão. Para que o município faça uma reunião alargada com toda a população sobre a estratégia nacional municipal de habitação, porque, de acordo com o documento, devido à pandemia só foram ouvidos alguns grupos específicos. Eu acho que este assunto é bastante sério e complicado e que deveria ser debatido com toda a população. E a “Cidade da Participação”, a nossa associação disponibiliza-se para fazer alguma parceria com a Câmara para fazer esse evento que eu acho que é importantíssimo, no âmbito do nosso projeto das Tertúlias, é basicamente isso, desejo a todos um bom trabalho.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao quarto cidadão inscrito, **David Corticeiro Pereira** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos. Eu venho aqui principalmente manifestar as minhas preocupações e questões relativamente ao projeto piloto a implementar na Mexilhoeira Grande, não só em meu nome, mas no nome dos, outros 6 habitantes da Vila que vieram comigo hoje e certamente em nome também do resto da população a julgar pelo alarme social que vai na Vila. A minha formação em engenharia agrónoma e experiência profissional no setor agrícola, no Algarve, dão-me um entendimento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mais aprofundado de alguns dos desafios e possíveis consequências ambientais, sociais e económicas. Em vez de escolher o caminho dos rumores e da especulação, dirijo-me a esta Assembleia Municipal, cujo compromisso é proteger os interesses e responder às necessidades da população local para obter esclarecimentos claros e fundamentados. Vou passar a fazer algumas, deixar algumas das perguntas que tenho, relativamente ao envolvimento autárquico, uma vez que houve, marcou se a presença da Câmara Municipal na inauguração deste projeto. Gostaria de saber qual o envolvimento da Câmara Municipal de Portimão no projeto? Que mensagem deseja a Câmara Municipal passar à população dado o alarme social já instalado na Mexilhoeira Grande relativamente a este projeto? Planeia esta autarquia consultar a população local quanto à implementação do projeto? Dado o carácter experimental do projeto, o que leva a Câmara Municipal de Portimão a acreditar na viabilidade e sustentabilidade daquele? Relativamente à localização e planeamento, quais, gostaria de saber quais foram os critérios de seleção relativamente ao local de implementação do projeto? Se foi contemplada a proximidade a áreas residenciais, escolas e ao complexo desportivo? A localização do projeto está em área de fomento agroflorestal e próxima de zonas de proteção integradas em reserva ecológica nacional, a 50 m a Este e 85 m a Oeste, que conta com isenções ou justificativas legais para a sua implementação? Os diversos subsistemas previstos e a sua forma de funcionamento não constituem atividade industrial? Dada a distância à nossa Costa será esta a localização mais adequada para um projeto de dessalinização? E estarão, o caminho municipal 1068 e os seus respetivos acessos aptos ao tráfego viário resultante da instalação e operação deste, deste projeto? Relativamente aos possíveis impactos, quais são os potenciais impactos na saúde e bem-estar da população local? Foram avaliados? Foi avaliado o impacto visual e paisagístico do projeto? Que efeitos terá na identidade e economia da freguesia? A potencial demonstração deste projeto compensa as consequências ambientais a longo prazo em risco de derrame, infiltração de água salgada, salmouras ou bagaço de azeitona, dado o seu potencial poluente nos solos e recursos hídricos? Relativamente aos recursos hídricos, falou-se em extração de águas, salobras para dessalinização, que garantias pode a população local esperar quanto à prevenção do esgotamento ou contaminação dos furos de água doce vizinhos, assim como a intrusão de salina nos aquíferos? Relativamente ao pós-projeto enquanto associada do projeto, pode a Câmara Municipal de Portimão decretar o desmantelamento total e revitalização do terreno após o término do projeto? E, por último, os armazéns de apoio ao projeto que venham a ser construídos, poderão ser considerados pré-existência, permitindo a organização de um terreno de fomento agroflorestal após o término do projeto? Que medidas terão de ser tomadas para garantir o cumprimento do plano diretor municipal em vigor? Acredito que através do diálogo e da transparência, podemos assegurar que os interesses da comunidade sejam protegidos. Agradeço desde já a atenção dispensada e aguardo uma resposta. Obrigado.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece a intervenção do cidadão, ficam registadas as questões. O senhor Presidente quer fazer uma intervenção, faça favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que, em primeiro lugar, gostava já de responder aos cidadãos da Mexilhoeira. Estou a responder já à última questão, não há nem entrada do projeto, o que fizemos foi, fomos convidados pelo consórcio para irmos ver o terreno que tinha sido escolhido por eles. Agora, vai ter que entrar o projeto com o acompanhamento da APA, CCDR e do município e até lá dissemos ao consórcio no mês de janeiro para fazer uma reunião com as pessoas da Mexilhoeira, com o senhor Presidente de Junta também, para que sejam levantadas as questões todas com o consórcio. Portanto, o alarme social que foi instalado, foi um alarme social que foi instalado de uma coisa que ainda não é nada, nem o projeto existe. Portanto, ainda nem entrou nada na Câmara Municipal, nem na APA, nem na CCDR. Só depois e em janeiro vai ter que ser feita uma reunião na Mexilhoeira, também na Junta de Freguesia para quem quiser ouvir e as perguntas com o consórcio serão feitas, que é para depois ser analisado. Portanto, até aqui não há nada no município de Portimão. -----

-----Depois, do morgado na estrada da Torre, realmente o sinal está lá, já tinha sido colocado que já tinha sido pedido, mas na realidade vamos ter que estudar para puxá-lo mais para a entrada porque isso já tinha sido solicitado. E da limpeza não faz qualquer sentido. O que temos feito com a limpeza é feito com uma parceria com a Junta de Freguesia de Alvor, que é para limpar as ervas lá existentes, tem que se também chamar agora então a EMARP para limpar o lixo, porque se está lixo não faz sentido que lá exista lixo. --

-----Do João D'Arens este assunto já foi aqui falado, não há nada de novo, continuamos na mesma e o município não tem intenções de aprovar nada daquilo que lá está. A única proposta que já houve, foi de cederem ao município sete ou oito hectares. São vários hectares para que seja feita uma zona verde, mas até aqui não há proposta nenhuma e o município também não vai lá deixar aquilo que queriam fazer como era proposta antiga. Está escusado virmos para aqui, quando houver uma apresentação tem que ser feita também, primeiro com os nossos colegas vereadores e depois com a Assembleia, porque aquilo é uma zona muito crítica e é uma zona que a cidade merece tê-la para todos os portimonenses. Portanto, sem ter uma zona verde ali, um parque ambiental ali naquela zona, não vamos permitir que nada seja feito. -----

-----Depois, a arquiteta Lucinda falou aqui da estratégia local, agora vamos é lançar a carta da habitação. Portanto, também é bom estarem atentos para depois poderem dar os vossos contributos na carta da habitação, e de resto senhora Presidente é o que me apraz dizer neste momento sem mais nada para referir.

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só esclarecer uma situação. Houve uma intervenção, e penso que foi da senhora bióloga que referiu que, portanto pretendeu usar da palavra na Assembleia Municipal que é a única Extraordinária, que é a única em que não há lugar à intervenção dos cidadãos, que era do Estado do Município. É uma Assembleia que é feita, portanto a título excecional, é apenas e só para aquele assunto. Todas as outras, quer as ordinárias, quer as outras extraordinárias, todas têm intervenção do público. Era só esse esclarecimento que queria deixar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria pedir um esclarecimento ao senhor Presidente de Câmara acerca disto que foi dito agora ali do projeto da Mexilhoeira Grande. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então, se não se importa depois fará essa intervenção, hoje é Assembleia Extraordinária conforme o senhor deputado sabe, temos os três assuntos à intervenção do público, temos na próxima semana... -----

-----Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que o senhor Presidente de Câmara teve a oportunidade de esclarecer aquilo que foi dito aqui. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, temos no dia 12 uma Assembleia Ordinária, vossa excelência terá toda a possibilidade. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu agradeço de lembrar-me que temos uma Assembleia Ordinária dia 12, já recebi a convocatória, mas agradeço a sua lembrança. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, se vossa excelência não me interrompesse, eu não lhe vou dar a palavra a si, como não vou dar a palavra ao senhor Presidente para responder. Nós vamos entrar na discussão dos pontos que temos na ordem de trabalhos, na Ordinária vossa excelência fará todas as questões que quiser e o senhor Presidente obviamente está cá para responder. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a mesa reserva-se o direito de dar a palavra ao executivo para responder a intervenções do público que são bem feitas e são importantes, mas na sequência da explicação que é dada pelo executivo, as bancadas não podem interpelar o executivo sobre aquilo que foi dito. É isso que a mesa propõe como metodologia de trabalho? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, a mesa reserva-se o direito de coordenar os trabalhos. É isso, sim, sim, é isso mesmo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, mas com base em que figura regimental é que a mesa adota esta metodologia? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, a figura regimental que é aquela que está estipulada para as assembleias extraordinárias. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não é que a senhora não tem figura regimental para dar a palavra ao executivo sobre aquilo que foi dito pelo público. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e vossa excelência não tem figura regimental para intervir no período da intervenção dos cidadãos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que o senhor Presidente interveio. Se o senhor Presidente interveio, eu queria que esclarecesse uma coisa que foi aqui pedida. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas não estamos a discutir, há um pedido de intervenção dos cidadãos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, deu a palavra ao senhor Presidente e eu queria que o senhor Presidente esclarecesse uma coisa sobre aquilo que acabou de dizer. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, pedirá todos os esclarecimentos que entender na Assembleia Ordinária, com licença. Vamos agora iniciar o período da Ordem do Dia, se faz favor. Não, não é à minha medida, é a tradição desta casa, sempre foi cumprida, vossa excelência é que não cumpre, os outros deputados também cumprem. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente da Assembleia Municipal, a sua decisão, queira-me esclarecer o seguinte. A sua decisão foi com base legal, ou foi com base na tradição das assembleias municipais? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar ao deputado Natalino Alves se vai intervir sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não. É sobre este ponto da ordem de trabalhos senhor deputado? É sobre este ponto da ordem de trabalhos? Ó senhor deputado, por amor de deus! O senhor deputado é deputado há mais de vinte anos nesta casa, sabe as normas, conhece as normas. O facto de termos público presente dá-nos uma maior responsabilidade no cumprimento da ordem de trabalhos que aqui temos e no cumprimento das regras, porque se não é o caos e nós não queremos o caos, queremos a regra, queremos uma democracia participada e percebida. Estamos no ponto 2-a). Ó senhor deputado, se o senhor deputado fizer uma intervenção, eu, como eu disse, nós vamos ter uma Assembleia Ordinária na próxima reunião que será no dia 12, estaremos aqui todos se Deus quiser com o período em que o senhor Presidente estará aqui para prestar contas daquilo que é o trabalho do executivo municipal. Terão toda a oportunidade de pôr todas as questões e o senhor Presidente. Olhe, a minha experiência na Assembleia da República é que o Presidente da Assembleia tira a palavra aos senhores deputados e eu nunca fiz isso. Tira a palavra, tira-lhe o som e, portanto, vamos cumprir a ordem de trabalhos, ou vamos dar uma imagem que não estamos aqui para trabalhar e para fazer aquilo que temos a fazer?----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2-a)** Discussão e votação da Alteração do Mapa de pessoal de 2024, com a criação de 13 postos de trabalho vagos/a recrutar, na carreira/categoria de Assistente Operacional, com a área de atividade de auxiliar de Ação Educativa, com CTFP por Tempo Indeterminado, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº700/24**.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que o tema aqui em discussão, é um tema que há muito preocupa a bancada do Partido Social Democrata e que desde o início de transferências de competências em matéria de educação tem sido reiteradamente trazido a esta Assembleia por eles. Ao longo de várias intervenções, alertámos para a insuficiência de pessoal não docente nas escolas do nosso município, algo que considerávamos prejudicial ao normal funcionamento das mesmas e consequentemente ao bem-estar das nossas crianças e jovens. -----

-----Por diversas vezes recebemos do executivo municipal a mesma resposta, que os rácios estabelecidos pela legislação estavam a ser cumpridos e que o número de funcionários era suficiente para garantir os serviços necessários. No entanto, a proposta que hoje aqui debatemos e votamos, vem de forma clara emitir que a dar razão às vozes que desta bancada chamaram a atenção para esta realidade. Reconhece-se finalmente que o número de assistentes operacionais existentes não é suficiente e que é urgente reforçar a equipa para assegurar o normal funcionamento das nossas escolas, especialmente num contexto de aumento do número de alunos. -----

-----Senhor Presidente, senhores deputados, as necessidades aqui identificadas não surgiram do nada. São o resultado do crescimento continuado da população estudantil, das exigências de um ensino inclusivo, de qualidade e de uma maior pressão sobre os recursos humanos disponíveis na escola. E se essa proposta de recrutamento de treze postos de trabalho é positiva, importa refletir sobre o atraso destas medidas que agora estão a ser tomadas. Quantas crianças, quantos pais, professores, auxiliares sofreram nos últimos anos com a falta destes funcionários na escola? Quantas vezes o bom funcionamento das nossas instituições de ensino foram comprometidos pela ausência de recursos humanos suficientes? E por que razão não se tomou a dianteira para prevenir esta situação, sabendo de antemão o crescimento da população estudantil e as necessidades que daí advêm. -----

-----Senhor Presidente, esta é uma matéria que exige planeamento, visão, estratégia e proatividade. É fundamental que o município não se limite a reagir às dificuldades que surgem, mas que antecipe-as, os problemas e crie condições necessárias para os mitigar ou evitar. Apesar disso, e porque o nosso compromisso é com Portimão e com os portimonenses e esse está acima de qualquer divergência política, esta bancada votará favoravelmente a esta proposta. Fazemo-lo, porque acreditamos que a nossa responsabilidade contribui para a melhoria das condições das escolas do nosso concelho e para o bem-estar das nossas crianças e dos nossos jovens. No entanto, deixamos claro que continuaremos a exigir ao executivo Socialista que governe esta Câmara, que encare as questões da educação com a seriedade e com o planeamento que elas merecem. A educação não pode ser gerida com base nos remendos ou em medidas paliativas. É preciso um compromisso sério e estruturado com o futuro no nosso concelho e da nossa sociedade. Portimão merece mais, as nossas crianças e os nossos jovens merecem mais, e esta bancada está aqui para lutar por melhores condições, por mais justiça e por uma educação de qualidade para todos os portimonenses. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que como sabem, ele gosta sempre de fazer uma pequena introdução a qualquer moção, ou a qualquer deliberação. Para que se garanta o cumprimento do serviço público de educação e o normal funcionamento do ano letivo 2024/25, e prevendo um aumento do número de alunos no ano vindouro, o município planeia e atualiza o rácio de pessoal à sua dotação máxima de assistentes operacionais. Logo, há que alterar o mapa de pessoal de 2024 pela regulamentação da portaria 272 A/2017 de 13 de setembro, com os critérios e respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.

-----A complexidade do sistema educativo impõe compromisso com a qualificação e valorização dos recursos humanos que nele participam. É mais do que reconhecido que o pessoal não docente tem desempenhado papel preponderante e fundamental no ponto de vista técnico, como também pedagógico na formação das crianças e jovens. -----

-----As suas funções são indispensáveis para garantir a segurança, o bem-estar e o suporte operacional no dia-a-dia escolar. Há uma década a esta parte, o município de Portimão tem tido um acentuado decréscimo no seu quadro de pessoal. -----

-----A sua situação financeira enfrentou desafios significativos com níveis elevados de endividamento. Este contexto pode ter forçado o município a adotar políticas de racionalização de recursos, incluindo o pessoal. De momento, transposto que está o excessivo endividamento, caberá ao executivo ter planos e programas direcionados e ajustáveis às carências e necessidades fundamentais nas áreas de maior projeção para os portimonenses, sendo a educação uma delas. -----

-----Desejava agora fazer três perguntas ao executivo, ou sejam, no seguimento desta pretensão, gostaríamos de ser informados pelo executivo de quais as escolas e respostas dadas, face a anteriores concursos e correspondentes vagas a concurso. Pergunta segunda. Qual a dotação financeira, ou seja, o valor referente à transferência de competências relacionadas diretamente com esta deliberação e a terceira e última, qual a previsão do aumento de alunos para a época educativa de 25/26, ou seja, 2025/2026, pré e primeiro ciclo. Até agora, tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que muito já foi dito ali, e esta proposta veio colmatar a falta de operacionais, neste caso o pessoal não docente, e como ele também tem esta dúvida, com esta transferência de competências que houve da parte do governo para as câmaras, nesta proposta não verificou qualquer envelope financeiro, gostaria de saber qual é a verba que o estado vai entregar à Câmara para reforçar a contratação destes trabalhadores, destes treze e mais outros trinta e três que estão aqui e os outros quarenta e três que já passaram por cá. Gostaria de saber em termos financeiros qual é o envelope financeiro que a Câmara vai receber com estas contratações que são justas e que as nossas escolas merecem e os nossos alunos também. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este ponto, a sua bancada vai acompanhá-lo favoravelmente. Temos é aqui duas questões, uma até já foi colocada aqui pela bancada na pessoa do deputado municipal Mário Espinha, que é, em que estabelecimentos de ensino estes postos de trabalho, estas pessoas, estes treze postos de trabalho vão ser alocados e se houve, o documento é completamente omissivo nisso, não é? Fala na realização de postos de trabalho, mas não diz a que estabelecimentos de ensino os mesmos serão alocados e se foi feito um levantamento de necessidades por estabelecimento de ensino. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, o que está feito é um levantamento de necessidades por estabelecimento de ensino. Não temos agora aqui este mapa, mas o que está feito é um levantamento das necessidades, e o que pretendemos com isto. O rácio aumentou, este ano tivemos cerca de duzentos novos alunos nas nossas escolas. Temos mais alunos, temos que ter mais auxiliares e, portanto, das perguntas todas que fizeram aqui, o valor total das auxiliares é transferido pelo estado. Quando mandamos essa conta, o valor é total que vem para o município, portanto as auxiliares é tudo pago pelo estado na transferência de competências. Portanto, quando falamos aqui na educação, realmente educação é uma referência no nosso município, e é por isso que tem aumentado também tanto o número de alunos nas nossas escolas e tem também aumentado muito com as iniciativas que tomamos, que é a alimentação gratuita para todos, também tem aumentado muito a alimentação dos nossos refeitórios. Com isto, também temos que ter mais gente, mais auxiliares para que possam fazer aquele trabalho. Existem muitos refeitórios que aumentaram de cento e cinquenta refeições para quinhentas refeições. Isto leva a que as pessoas tenham que ter mais gente lá para trabalhar e o rácio aí também aumenta, porque aquilo é pelo número médio de refeições que o estabelecimento de ensino dá e, portanto, é por isto que temos que aumentar o número de auxiliares e é isto que trazemos aqui, mas há uma base de dados já onde é que fazem falta e em que escolas é que fazem falta. O que fizemos agora até este momento, a reserva de recrutamento que tínhamos ainda do último concurso e conforme diz a nossa diretora, o documento foi-vos enviado, já foi até ao fim, já foram todas recrutadas. Houve saídas e, portanto, tivemos que recrutar todas as que estavam na reserva de recrutamento para darem, ocuparem esses lugares que foram vagos e agora temos que fazer um novo concurso para estas treze que necessitamos já e para depois voltarmos à medida que também algumas vão saindo, voltarmos a colocar aquelas que faltam e neste caso com a reserva de recrutamento que ficam, porque é válida por dezoito meses. Tenho dito, senhora Presidente.

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **Ponto 2-a)** Discussão e votação da Alteração do Mapa de pessoal de 2024, com a criação de 13 postos de trabalho vagos/a recrutar, na carreira/categoria de Assistente Operacional, com a área de atividade de auxiliar de Ação Educativa, com CTFP por Tempo Indeterminado, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº700/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança)

-----Foi aprovada, **por unanimidade**, a Alteração do Mapa de Pessoal de 2024, nos termos da Proposta –

Deliberação de Câmara nº700/24.

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-b)** Discussão e votação da Carta Social Municipal de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº737/24**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra.

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão ali hoje para discutir a Carta Social de Portimão, documento este que genericamente faz uma caracterização do estado do município em termos de respostas sociais. Vivemos um tempo em que as mudanças sociais e demográficas exigem muito mais do que simples manifestações de vontade. Exigem acima de tudo opções e ações. No entanto, o que temos visto da parte dos sucessivos executivos do Partido Socialista, é uma incapacidade de antecipar e reagir eficazmente às realidades. Desde 2021, ano a que se reportam os dados que suportam este documento em análise e que vivemos o pico da pandemia do Covid-19, Portimão sofreu uma transformação na sua estrutura demográfica.

----- O aumento da migração de cidadãos de várias nacionalidades, trouxe diversidade cultural e obviamente uma pressão acrescida em várias áreas. De referir que este fenómeno reflete os compromissos assumidos pelo estado português no que concerne ao acolhimento de migrantes e refugiados e aos quais Portimão decidiu e bem, associar-se. Contudo, esta situação trouxe uma pressão extra aos equipamentos sociais e educativos do município que já estavam no limite da sua capacidade tal como a carta educativa de 2019 referia.

----- Hoje, as escolas de Portimão têm salas de aulas sobrelotadas, creches sem vagas suficientes e pedidos de apoios sociais sempre a aumentar.

----- A demais, continuamos a enfrentar o problema da pobreza envergonhada. Muitos cidadãos em situação de vulnerabilidade evitam procurar ajuda devido ao medo do julgamento social ou à vergonha de serem identificados como beneficiários de apoios. Este é também um problema que precisamos de enfrentar com políticas que promovam a dignidade, a privacidade, a autonomia e a autoestima dos cidadãos.

----- Esta Carta Social, que deve de ser um instrumento estratégico atualizado para conduzir as políticas públicas nesta área, foi elaborado com base em dados de 2021, mas só agora em final de 2024 vem a esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assembleia para ser discutido e votado. Este espaço de tempo de três anos é inaceitável, as questões sociais são dinâmicas, refletem contextos económicos, demográficos e culturais que estão sempre em mutação. --

----- Usar dados tão desatualizados para orientar as decisões de presente, não é só ineficaz, como eventualmente perigoso. -----

----- A Carta Social é um documento essencial para a definição das políticas públicas de apoio social. Contudo, ela não pode ser tratada como um plano estático. Deve de ser um instrumento vivo, constantemente monitorado e ajustado para refletir a realidade em mudança. Não podemos repetir o erro cometido pela carta educativa. Este documento que apontava a necessidade de construção de novas escolas em Portimão foi completamente esquecido pelo executivo municipal. As escolas previstas desapareceram dos planos do município, enquanto as existentes continuam sobrelotadas e sem recursos suficientes para atender à procura.

----- A falta de compromisso em atualizar e executar as medidas propostas na carta educativa é um exemplo claro de má gestão e negligência. Não podemos obviamente permitir que o mesmo aconteça com a Carta Social. Por isso é fundamental que esta preveja a sua monitorização e atualização periódica, com vista a identificar o impacto das políticas implementadas e referir as necessidades reais em tempo útil. Se falharmos e tornar a Carta Social um instrumento dinâmico e eficaz, estaremos a repetir erros do passado sem responder às necessidades da população. Como já referi, desde 2021 que Portimão enfrenta uma transformação demográfica significativa com o aumento da migração e as mudanças ainda decorrentes do impacto da pandemia e dos conflitos armados às portas da Europa. -----

----- As condições económicas também se alteraram com a inflação, afetando diretamente a capacidade de acesso à habitação e à procura por apoios sociais. -----

----- Planear políticas sociais com dados desatualizados é como tentar navegar sem uma bússola, não só pode comprometer a eficácia das ações, como também levar a um desperdício de recursos públicos, bem como à descredibilização das respostas sociais. -----

----- A chegada de novos residentes à cidade, muitos deles crianças e jovens em idade escolar, revelou uma realidade que já foi muito aqui discutida nesta Assembleia. Portimão não estava e continua a não estar preparado para acomodar este crescimento demográfico, é o que nos diz o próprio documento, senão vejamos. A taxa de cobertura em creche no município é de apenas trinta e oito por cento, um número significativamente inferior à média nacional de quarenta e oito vírgula quatro por cento. Isto significa que centenas de famílias não conseguem aceder ao apoio essencial para conciliar trabalho e vida familiar. -----

----- Portimão tem uma taxa de cobertura de apenas quatro por cento em lares de idosos e três por cento nos serviços de apoio domiciliário, muito abaixo da média nacional de doze vírgula cinco por cento. Estes números mostram à saciedade um problema estrutural das políticas para a população mais vulnerável que são os idosos. -----

----- Nas escolas, há falta de salas de aula, professores e funcionários subcarregados e equipamentos escolares a necessitar de reabilitação. Crianças com necessidades especiais que carecem do acompanhamento adequado devido à falta de recursos humanos, bem como alunos que não têm o português



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



como língua materna e enfrentam dificuldades, pois as escolas não oferecem respostas apropriadas, pois o município não planeou as soluções. -----

----- Na área social, as instituições estão completamente esgotadas, as listas de espera para a habitação social estão cada vez mais extensas e a lista de beneficiários de apoio ao arrendamento cada vez maior. Isto porque o município pouco ou nada fez quanto à habitação social nos últimos vinte anos. -----

----- Acresce, que o mapeamento georreferenciado de folhas quatrocentos e noventa e cinco do relatório desta carta, demonstra uma clara desigualdade na distribuição dos serviços sociais entre as diferentes freguesias. Por exemplo, a Mexilhoeira Grande e Alvor continuam a ser áreas esquecidas, o que torna incoerente com a suposta prioridade à coesão territorial enunciada no documento, mas revela uma falta de visão estratégica para corrigir as assimetrias no concelho. Mas como já disse, o problema da pobreza envergonhado, assunto que é uma realidade em Portimão e que afeta muitos cidadãos que têm vergonha em procurar ajuda, pois sentem-se constrangidos por depender de apoios públicos para subsistir, temem o julgamento dos outros e muitas vezes recusam-se a expor a sua situação mesmo em situações de grande necessidade. -----

----- Infelizmente, sem colocar em causa as boas intenções, algumas das respostas usam práticas ultrapassadas, como perdoe-me a expressão, a sopa dos pobres. Embora este tipo de apoio seja essencial em situações de emergência, transformá-lo numa solução permanente é um fracasso político e social. Este modelo trata os beneficiários dos apoios como objetos de caridade em vez de sujeitos de direitos. Ao insistir em práticas que desumanizam quem precisa de ajuda, perpetua-se um estigma da pobreza e a dependência de apoios, mas o PSD está disposto se assim o entenderem, a ajudar a encontrar soluções, pois ao contrário do que se possa pensar, tem suficiente massa crítica para estar do lado da solução e não do problema. ----

----- Portimão precisa urgentemente de uma mudança de paradigma, transformar a caridade por justiça social. -----

----- Em resumo, Portimão merece melhor. Não podemos continuar a trabalhar com dados desatualizados, práticas ultrapassadas e respostas sociais que perpetuam a pobreza. É hora de construir uma cidade onde ninguém tenha vergonha de pedir ajuda, onde as famílias tenham creches suficientes para os seus filhos, habitação condigna e onde a terceira idade tenha lares que garantam um cuidado condigno. Este é o futuro que Portimão merece e é o futuro pelo qual estaremos sempre dispostos a contribuir. Pelos motivos elencados, o PSD votará contra. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vinha com uma expectativa relativamente a este documento senhora Presidente, e pelo menos daquilo que viram ali da bancada, a expectativa saiu gorada, porque além do desfasamento do documento relativamente à realidade existente hoje no concelho, não, não é em relação à questão da ação social, parece-lhes que há aqui outras questões que devem ser aqui também referidas e que lhes fazem ter aqui grandes reticências relativamente a este documento. Eu como não trabalho na área da ação social e não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sabia, reconheço, o que é que era, ou qual era a função de uma Carta Social, dei-me ao trabalho de ir procurar e tentar perceber qual era a função do que é a Carta Social Municipal, e é um diploma legal, não é, que a senhora vereadora conhece com certeza melhor do que eu, que é o decreto-lei 55/2020, que define no artigo quarto número um, qual é o papel da Carta Social Municipal e diz taxativamente que é um instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que preveja respostas adequadas às necessidades. Bom, esta é a definição de Carta Social e, portanto, é este o enquadramento, é esta a baliza legal que deve nortear aqui a elaboração de um documento deste tipo. O que é que nós temos aqui?-----

----- Temos um documento com quinhentas e cinco páginas, que tem quatrocentas e trinta e nove mais ou menos de dados estatísticos e de inventariação do existente fundamentalmente, com gráficos, com números e que depois tem sessenta páginas, mais coisa menos coisa de «propostas» e de análise prospetiva, ou seja, de planeamento para o futuro, sendo que nessas sessenta páginas da análise prospetiva para o futuro, ainda temos caracterização do que é, por exemplo, o RSI, os apoios ao arrendamento com as referências legais, por aí fora, ou seja, a parte prospetiva e do planeamento do documento em si espremida, é mínima, são se calhar dois ou três por cento do documento e, portanto, não é o documento que manifestamente o concelho precisa nesta área. -----

----- Depois, temos aqui uma questão que ainda é mais preocupante do que aquilo que eu acabei de referir, foi aqui aflorado na intervenção anterior, mas eu quero aqui referir-me a isto com maior detalhe. O documento é de 2021, o trabalho de base terá sido feito em 2021, mais coisa menos coisa e todos sabemos felizmente e sublinho aqui o felizmente, que desde 2021 para cá, nós tivemos um afluxo grande de cidadãos imigrantes no concelho de Portimão que residem e trabalham aqui, que pagam os seus impostos e fazem os seus descontos trabalhando aqui, e sublinho o felizmente novamente. Penso que essa comunidade imigrante é um enriquecimento para o nosso concelho. Só que o documento que temos aqui, as tais quinhentas e cinco páginas, têm aqui o *file* do PDF que não me deixa mentir, têm dezasseis referências à palavra imigrante, imigrante, imigrante. Sendo que das dezasseis, duas, duas delas, uma é no índice final e outra nos acrónimos no início e, portanto, não tem uma medida específica, não tem uma proposta específica para apoio social aos imigrantes que residem no concelho, trabalham aqui e volto a dizer, pagam impostos e fazem descontos para a segurança social, e todos sabemos, enfim, penso que isso é visível para todos, é mais ou menos conhecido, que há muitas destas pessoas que procuram o nosso concelho e o nosso país, mas especificamente o nosso concelho para trabalhar e residir que têm carências do ponto de vista social e que além das questões de integração e de inclusão na nossa sociedade já elas são prementes e muito geradoras aqui geradoras de necessidades sociais, têm também necessidades de resposta social adequada e diferenciada. Ora, se um documento deste cariz não faz uma análise e um diagnóstico dessas carências, eu pergunto senhora vereadora e senhor Presidente para que é que nos serve esta carta em dezembro de 2024. Não é 2021 e, portanto, eu não sei se isto é para o executivo dizer que fez aprovar e propôs à Assembleia uma Carta Social do concelho, se o objetivo é esse para dizer que temos, parabéns! Porque os senhores vão aprovar o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



documento sem dúvida nenhuma. Se o objetivo era ter um documento realmente que apontasse para uma estratégia de apoio social no concelho inventariando aquilo que existe e dizendo o que é que era necessário fazer e o que é que era necessário apoiar e como é que vamos apoiar, então manifestamente não é este documento que precisamos. Deixava isso à vossa consideração. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, embora a carta apresente boas intenções, há missões, há dificuldades em traduzir algumas das ações para a prática, especialmente a falta de recursos financeiros ou humanos para cumprir as metas estabelecidas. A cobertura é insuficiente nas respostas sociais. -----

----- A taxa de cobertura para algumas das populações alvo, como os idosos, crianças e os imigrantes, como já foi dito aqui, ainda não atingem níveis satisfatórios, evidenciando algumas lacunas na capacidade instalada e a oferta de serviços, e as disparidades territoriais. Existe uma distribuição desigual de equipamentos nas respostas sociais entre as freguesias como Alvor e a Mexilhoeira grande e a freguesia de Portimão, criando desigualdades no acesso ao envelhecimento populacional e aos impactos associados. ----

----- A pressão demográfica de uma população envelhecida agrava a demanda dos serviços de saúde e de assistência social, que pode exercer as capacidades atuais do município. -----

----- Na nossa opinião geral, a Carta Social de Portimão é um instrumento valioso, especialmente pela abrangência da caracterização das necessidades sociais, medida de nós detalhada da proposta de soluções estratégicas no seu foco a sua inclusão social. Combate às desigualdades e fortalecimento das redes de apoios, que é essencial ao desenvolvimento sustentável do município. No entanto, a sua eficácia terá fortemente implicações e implementação de práticas e das ações propostas. -----

----- As principais lacunas, implantação e monitorização. Apesar da clareza nas metas e os objetivos, há uma falta de mecanismos robustos para monitorizar e avaliar a implementação das ações. Não há um sistema explícito de indicadores para medir o impacto das políticas sugeridas. -----

----- Falta de recursos identificados. Embora as prioridades sejam claras, não há uma informação detalhada sobre os recursos financeiros e humanos disponíveis ou necessários para implementar as medidas. O financiamento de novos equipamentos e respostas sociais dependem da colaboração externa como vocês dizem, mas não é claro como isso é garantido. -----

----- Desigualdade territorial. Há disparidades evidentes da distribuição de equipamentos e de serviços entre as freguesias. As zonas rurais pouco populosas como a Mexilhoeira Grande podem estar subintendidas à comparação nas áreas centrais de Portimão. -----

----- A cobertura insuficiente para grupos específicos. Os grupos vulneráveis, como pessoas idosas, crianças e em risco, portadores de deficiência, ainda enfrentam uma taxa de cobertura muito baixa nas respostas sociais. Há necessidade de aumentar uma capacidade instalada para atender as demandas desses grupos. -----

----- A integração multissetorial. Embora a carta mencione parcerias com entidades locais, falta o detalhamento sobre os diferentes setores, saúde, educação e habitação. Habitação, que é um marco do Bloco



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Esquerda, aqui neste momento este executivo até agora nem uma casa entregou e já faz, os novos rumos já fazem quase doze anos. -----

----- Serão integrados para atuar de uma forma sinérgica. Planeamento a longo prazo. Alguns dos desafios, como o envelhecimento populacional e o facto da pobreza estrutural, requerem estratégias mais detalhadas a longo prazo que não está claramente definido. -----

----- Recomendações. Uma caracterização contínua, planeamento participativo, equilíbrio territorial, alocação de recursos e fortalecimento das redes. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que como é hábito, começa pela sua introdução. A Carta Social Municipal de Portimão é um documento estratégico que tem como objetivo, delinear as políticas sociais do município, fornecendo uma análise detalhada das necessidades sociais da população local. Carta esta que identifica geralmente os recursos existentes no município, como serviços de saúde, educação, habitação, apoio social e outras áreas que cruzam o bem-estar dos munícipes. -----

----- A Carta Social poderá abordar alguns pontos típicos, tais como, no diagnóstico social, apresentando um levantamento das condições de vida da população, incluindo dados demográficos, níveis de rendimento, taxas de desemprego e outras informações socioeconómicas. -----

----- Os recursos e serviços deverão monitorizar os centros de saúde, escolas e instituições de apoio à infância, à terceira idade, a pessoas com deficiência e a outras infraestruturas sociais, identificando as principais e primordiais necessidades da população em diferentes áreas, como na habitação, e torno-me a repetir, emprego, habitação, saúde e segurança social. -----

----- Proporá também esta carta estratégias e medidas de melhoramento no bem-estar social da população, reforçando os recursos existentes e criando novos mecanismos de apoio se necessário. Normalmente deve incluir a colaboração entre entidades públicas e privadas, como associações locais, instituições de solidariedade social e outras organizações que possam contribuir para a melhor implementação de políticas sociais eficazes. -----

----- Esta Carta Social servirá como base na tomada de decisões e desenvolvimento de projetos sociais que visem melhorar a qualidade de vida no município, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento equilibrado e sustentável. -----

----- Após esta introdução, será que a Carta Social privilegiará as seguintes questões infracitadas, e vou só fazer quatro perguntas nesta primeira fase. A primeira, no que respeita à inclusão social, que iniciativas estão delineadas com a alteração do quadro legal sobre os solos, no que diz respeito à estratégia local, habitacional do município, nomeadamente para as famílias e jovens adultos. -----

----- Pergunta dois. Que planos para apoio aos sem-abrigo e qual a sua reintegração na sociedade. -----

----- Ponto três. Como será abordada a integração de imigrantes e refugiados no futuro. E por agora a pergunta quatro. Existirá um mapeamento das zonas mais afetadas pela precariedade habitacional em Portimão? Deixarei um role de perguntas para uma outra fase. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouvi os discursos sobre a Carta Social e tem a lamentar que de tudo isto haja algumas críticas que não lhe parecem as mais justas. -----

----- A Carta Social constitui um documento parametrizado relativo à rede de serviços e equipamentos sociais. O PS congratula-se com o profundo trabalho analítico feito pela Universidade do Algarve. Uma equipa independente fora do âmbito político e que com toda a investigação efetuada e que se encontra no final do trabalho, é uma análise extensa do diagnóstico social deste município. A primeira em dez anos. -----

----- Pretende-se com a mesma conhecer a área de intervenção social da cidade, o tipo de respostas sociais que existem, o número de equipamentos públicos e privados que contribuem para as respostas sociais à população, e tem um extenso índice com um exaustivo enunciado de itens para conhecimento da realidade social para que nós políticos possamos em concreto conhecer a realidade social do município, os seus problemas, principais fragilidades e os domínios de necessidade de investimento prioritário. Este é um excelente documento do melhor que há em comparação com outros seus pares como os de Lisboa, Porto e Coimbra. Este documento é uma plataforma aberta, um ponto de partida com rigor para conhecermos onde é necessário fazer investimento. A Carta Social não é, nem pretende ser um plano de desenvolvimento social como aqui foi dito. Não é uma estratégia social. A Carta Social é um estudo analítico daquilo que existe no município, na rede de serviços, equipamentos e naquilo que existe de necessidades sociais. -----

----- Este sim, o plano de desenvolvimento social terá toda a informação necessária com esta carta para poder vir a ser planeado pelo município, face à transferência de competências para os órgãos municipais nesta área social. -----

----- Não termino sem deixar um voto de parabéns à equipa de trabalho da Universidade do Algarve e em especial ao nosso camarada Dr. José Manuel Figueiredo Santos e que sem medos e com consciência da complexidade e abrangência deste trabalho, deixam o trabalho em aberto e pedem contributos para quem queira fazê-lo com o e-mail que aí se encontra. Por tudo isto, o PS vota a favor desta Carta Social. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre este ponto, ele acha que o PSD já fez uma preparação muito boa e exaustiva daquilo que é a sua opinião, mas ele ia-se focar ali no que ouviu da bancada do Partido Socialista e começar por dizer isto. Também nós damos os parabéns à equipa que fez, isso é uma não questão política e salvaguardamos que é importante termos uma avaliação isenta e equidistante quando possível nestas matérias sociais e, portanto, isso não é uma questão para a nossa bancada, mas gostava de salientar, mas queria dizer algumas coisas que ainda não foram ditas sobre a Carta Social municipal. Efetivamente, é uma obrigação que existe termos todos os municípios desde o decreto-lei 55/2020 de 12 de agosto. De lá para cá passaram mil quinhentos e setenta e quatro dias, dava quase para fazer uma página por cada dia sim dia não, portanto passou demasiado tempo para aquilo que apresentamos hoje que efetivamente como todos podemos de forma independente avaliar, está substancialmente ultrapassado naquilo que existe ao dia de hoje e o mundo avançou muito desde 2021. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Queria também dizer e acabei mesmo de ouvir, não é uma questão estratégica, mas vamos reportar à lei, porque o PS acabou de dizer isto. A portaria 66/2021 de 17 de março sobre este decreto-lei, diz e permitam-me citar, «esta portaria estabelece que a Carta Social Municipal deve de ser um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio, que contribui no artigo três do número um da alínea b) do decreto-lei, atribuir aos órgãos municipais a competência de elaborar as cartas municipais». Está escrito na lei que é para planeamento estratégico, portanto dizerem que não é, não é verdade, está escrito na lei. Portanto, dar-vos uma nota também sobre isto que temos que ser razoáveis. Eu pergunto diretamente ao senhor Presidente e à senhora Vice-Presidente e aos senhores vereadores o seguinte, é uma pergunta. Gostam da Carta Municipal se ao que aqui trazem hoje, em dezembro de 2024 com dados atrasados, alterados, com uma sociedade que evoluiu de algumas formas drasticamente com pandemias, noutras com despachos que delegaram nos municípios depois disto competências, quando a AMAL, a Assembleia Intermunicipal tem um planeamento 23/30 que nós falamos há dois anos sobre isto, e eu pergunto olhos nos olhos, é uma pergunta. Gostam do que aqui trazem hoje, reveem-se politicamente e pessoalmente no que aqui trazem hoje? Eu acredito que gostassem em 2022, mas eu pergunto isto, se gostam. Nós já demonstrámos que gostávamos de mais. Também não confundamos as pessoas e dizer o seguinte, somos a favor da implementação destas medidas para que tenhamos uma monitorização da capacidade da resposta social, de equipamentos, de tudo isto, mas não falemos politiquês que é, houve muito trabalho bem feito com os dados que tinham na nossa opinião, e volto a perguntar se gostam do que trazem, achamos que houve pouco empenho no município sobre esta matéria e que isto de facto é uma obrigatoriedade estratégica em regulamentar a que têm que aqui trazer com mil quinhentos e setenta e quatro dias após o decreto-lei que dizia que deviam fazer. Há mais concelhos que não o têm, mas a mim só me importa Portimão, vem quando tem que vir, gostamos que venha, está ultrapassado e poderia ter sido o município mais célere em elaborar isto. -----

----- Sobre quem elaborou, o nosso colega e membro da Assembleia Municipal José Figueiredo Santos, que temos o maior respeito, agradecemos enquanto portimonenses, agradecemos à equipa técnica, agradecemos a toda a gente, é uma não questão. Sobre o documento, que é o que deveríamos discutir, é um planeamento estratégico e aqui fica um bocadinho aquém de dezembro de 2024. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que a carta é um marco importante, mas o sucesso da mesma dependerá da sua execução e da sua capacidade de superar as lacunas identificadas. Se precisar de uma análise mais profunda e uma secção de temas mais específicos, como já foi elencado e falamos aqui mais uma vez na habitação e o que me faltou aqui, e eu pedi a palavra que me faltou esta frase, a falta de habitação continua a ser um dos maiores problemas não só para os jovens, mas para todas as pessoas em todas as faixas etárias. Esta é uma lacuna que Portimão tem e mais uma. O que esta carta nos mostra apesar dos dados como já foram referidos aqui já desde 2021, mostra que somos uma sociedade pobre, a caracterização desta carta mostra que temos muitos pobres em Portimão e pessoas que vivem muito mal em Portimão, é o que nos mostra neste



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



documento, nestas quinhentas e tal páginas, é isso a sensação que eu tenho e como já disse o senhor Presidente e referiu bem, em cento e cinquenta refeições que depois passaram a ser grátis, passou para quinhentas e mostra a pobreza que se vive em Portimão. Gostaria que esta pobreza fosse erradicada, mas essa erradicação da pobreza não é só a dar subsídios, aqui é para empregos que não sejam precários que não sejam de seis meses, nem ter hotéis para fecharem seis meses no inverno, é para terem emprego todo o ano e com ordenados bem pagos e que as pessoas bem merecem. Aí é que a gente erradica a pobreza, não é com subsídios que isso é bom para as eleições sem dar de mão estendida, mas isso não tira as pessoas da pobreza. A pobreza tira-se com a educação nas escolas, começa-se logo nas escolas, começa-se também com a formação de adultos e não só subsídio-dependentes, começa-se também pelas empresas que nós queremos cá, só queremos hotéis como já foi referido aqui três mil e trezentas camas para quê? Para fecharem seis meses. Agora, vão fazer mais um hotel, ali na praça Fernando Pessoa vão fazer um hotel. Um sítio que era para fazer duas vivendas, juntaram um lote e vão fazer um hotel. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que isso não é matéria da Carta Social. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que é, é matéria daqui, é, é minha senhora, custa, custa. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que isso é desenvolvimento. Não, isso não é matéria. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que em dois lotes que era para fazer uma vivenda vão fazer um hotel em Portimão quando o hotel novo está fechado seis meses. Não sei porque é que querem outro hotel em Portimão com seis. Não sei, mas está lá, com seis andares e com caves ali num sítio daqueles que já está com duas escolas, com um centro de saúde e ainda vão pôr um hotel. Para quê? Para terem pessoas a trabalhar com o ordenado mínimo, trabalho precário e para o trabalho de seis meses. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar ao senhor deputado qual é a página da Carta Social a que se está a referir? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que é essa, é essa mesmo, isto faz parte da Carta Social. É. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que mais uma vez, querem levantar aquela questão que no seu entendimento esta proposta deveria ter sido enviada com maior antecedência. A Câmara enviou para a senhora Presidente por e-mail no dia 17-10 de 2024, mas apenas foi enviada para nós no dia 26-11-2024. Para além disso, de acordo com o disposto no artigo seis, número três da portaria 66/2021 de 17 de março, ao submeter a proposta da carta à Assembleia devê-lo-ia ter feito juntando um parecer do Conselho Local da Ação Social sobre esta mesma proposta. O documento aqui apresentado para nós é extemporâneo, pois tendo sido elaborado em 2022, 15 de dezembro, dele constam dados até 2021,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



muitas vezes até 2020 ou mesmo 2019. Ora, considerando que a Carta Social é conforme o artigo terceiro primeiro da portaria 66/2001, o instrumento de diagnóstico fundamental para o apoio à decisão pública, a proposta, no nosso entendimento, está claramente desatualizada. O presente mandato vai terminar mais ou menos daqui a menos de um ano e embora a Carta Social ainda possa ser sujeita à revisão, vigora durante quatro anos, devendo ser revista findo esse período. É também o artigo nove. -----

----- Quanto ao conteúdo da mesma, apesar de apresentar dados que expõem a situação de grande desigualdade no concelho e no país, como, por exemplo, sob a pobreza ou a precariedade, ainda que esses dados sejam limitados no seu alcance e no caso claramente desatualizados, esta proposta no nosso entendimento perde no que toca a identificar caminhos de soluções alternativas para a autonomia de todos apontando ao invés para a mitigação da pobreza e inclusive através de entidades privadas com ou sem fim lucrativo persistindo num caminho de desresponsabilização do estado, das suas funções sociais e na falsa solução do empreendedorismo que não resolverá o problema do desemprego nem a pobreza entre quem trabalha e trabalhou. Trata-se, portanto no nosso entendimento de um documento com uma visão assistencialista e caritativa, bem como de individualização das relações laborais e sociais. -----

----- Repare-se que em nenhum momento esta carta aposta na promoção e valorização da contratação coletiva. Tema que grande parte dos trabalhadores desconhecem, através da qual é possível criar regras laborais que permitem fixar trabalhadores num - e ajustar condições de trabalho a um - determinado setor e território , sendo um instrumento que pode ser muito importante no combate às desigualdades e ao desemprego .E tão pouco podemos aceitar os programas de apoio do IEFP, pois trata de utilização de dinheiros públicos para que as empresas cumpram o dever legal e social que é a contratação sem termo, além de que esse dinheiro é entregue independentemente dos lucros obtidos pelas empresas. -----

----- No que toca à conciliação da vida profissional com a vida familiar, é também revelador a defesa do acesso, por exemplo, creches como meio elementar para que as mulheres e os homens com responsabilidades familiares possam integrar o mercado de trabalho (página cento e noventa e quatro). Ora o poder que está em causa é o superior interesse da criança, especialmente nos seus primeiros anos de vida e não a adaptação das creches aos horários de trabalho que mais interessam especialmente aos grandes grupos económicos. -----

----- Ainda no que se refere aos idosos, a carta deveria reivindicar a criação de uma rede pública de equipamentos e serviços especiais, de forma a garantir mensalidades compatíveis com rendimentos de reformados e pensionistas, a garantia da qualidade de serviços prestados e ainda o respeito pelos direitos dos seus trabalhadores. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só fazer um esclarecimento que é o seguinte. Todos os senhores deputados que aqui estão sabem que houve uma versão da carta que a mesa teve o cuidado de distribuir logo, eu penso que em meados de julho e agosto e, portanto, não estou a discutir as datas em que veio esta versão, agora este



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



documento não é novo para os senhores deputados e os senhores deputados já conheciam este documento. Era só isso que eu queria referir. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu queria pedir desculpa, mas eu prefiro dar prossecução ao meu role de perguntas após, se o senhor Presidente quisesse responder a algumas perguntas, eu falaria depois. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que tem uma questão. Eu gostava de apresentar aqui uma questão. Esta carta foi elaborada em 2021, segundo está aqui, tenho aqui estudos de 2013, 2019, 2011. Esta carta, segundo consta, esteve pronta em 2022, hoje é dia 3 de dezembro de 2024, dois anos depois. Qual a causa desta carta só vir aqui à Assembleia Municipal dois anos depois? Qual a causa de a nós deputados ser-nos dado um curto espaço de tempo para analisar um documento com mil e trinta e oito páginas? Além de considerar uma falta de respeito por todos os membros da Assembleia Municipal, considero uma grande falta de respeito por todos os cidadãos de Portimão, porque nós estamos aqui, fomos eleitos democraticamente. Portanto, eu gostava que alguém me esclarecesse qual a causa de dois anos esta carta estar numa gaveta, é uma carta, está completamente desatualizada, com dados desatualizados de 2019, 2020, eu gostava que alguém esclarecesse este ponto. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que passaria a palavra à senhora Vice-Presidente. Está bem senhora Presidente?

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que irá então responder a algumas questões aqui colocadas que foram inúmeras, algumas mais opiniões e explanações do que propriamente perguntas, mas vai tentar esclarecer algumas dúvidas, uma relativamente à questão do prazo. Portanto, nós assumimos as competências no que diz respeito à ação social, a 1 de abril de 2022, e a 1 de abril de 2022 é que assumimos com essa transferência de competências também a responsabilidade de elaborar uma Carta Social Municipal, porque já existia uma Carta Social que nós também colaborámos que era distrital, que foi feita com todos os municípios, porque era outra política. A Carta Social diz, Carta Social 2021, porque foi construída com base nos censos nos dados de 2021. Como sabem, houve censos em 2011, houve em 2021 e se se mantiver o mesmo quadro legal, existirá outra em 2031, existirão outros censos. --

----- A carta é construída com os dados de 2011, aqueles que não foram ainda em 2021 onde não existem novos dados e com os dados de 2021 também desses censos. Como sabem os censos são em 2021 até aos dados estarem todos disponíveis, entretanto só em 2022 é que todos os dados ficaram disponíveis para a Universidade do Algarve que foi a nossa parceira para a construção desta carta. -----

----- A carta foi entregue, e como veem é um documento bastante extenso, feita pela universidade, com uma equipa técnica independente em parceria com o nosso movimento associativo e com as técnicas da ação social, foi construído e apresentada a primeira versão em dezembro de 2022, foi no final de 2022, foi feito um trabalho aturado durante esse ano. Depois, havia erros, teve que ser feita a leitura, havia alguns erros,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alguns dados que nós não concordávamos. Andaram depois com o movimento associativo, com as IPSS e com todos os dados que estão aí que foram afinados porque, ao mesmo tempo também estávamos a construir o diagnóstico que foi aprovado agora há pouco tempo na nossa reunião de Câmara. Portanto, o documento final foi entregue no final de 2023 e foi ao CLAS no princípio de 2024. No princípio de 2024, que foi fevereiro de 2024 até chegarmos aqui, realmente depois houve aqui um período que devia ter ido logo à reunião de Câmara não foi, só foi já em junho e depois houve aqui uma confusão com a submissão do documento com a primeira versão entregue e esta final que fez com que fosse agendado e depois deixou de ser agendado e estamos aqui hoje e passou este hiato de tempo. -----

----- Depois, outra questão levantada pelo senhor deputado João Caetano e bem e também outro deputado também já o fez, no sentido de dizer o que é que era uma Carta Social que está, apesar de não existir nenhum normativo, nada que indique o que é que uma Carta Social deve estar, existe uma definição do que é uma Carta Social, e na definição vou ler aquilo que já disseram, «a Carta Social é um planeamento estratégico que visa apoiar a tomada de decisão política para promover a coesão social no município». No entanto, além de todo o diagnóstico que já foi feito, existe o diagnóstico social, algum está explanado aqui, depois existem linhas orientadoras e agora até ao final de março, está neste momento a ser, candidatamo-nos ao Radar Social, onde vão ser contratados quatro técnicos especificamente para a construção de dois documentos também ainda para o levantamento de uma série de dados, uma atualização dos dados no que diz respeito ao Radar Social do nosso município, existem outros municípios também a fazê-lo, serão contratados quatro técnicos especificamente para isto e vai ser entregue um plano de ação que terá que ficar concluído até março, até final de março de 2025. Neste momento, técnicas do departamento da divisão de habitação e ação social já estão a trabalhar, com a chegada dos outros quatro técnicos irá ser concluído esse plano de ação, porque aqui estão linhas orientadoras para depois então ser construído um plano de ação. É evidente que se houve um censo em 2021, 2022 já era diferente, em 2023 há-de ser diferente, foi diferente também e em 2031 quando houver novos censos ainda os dados serão muito diferentes, mas não é possível num documento desta natureza ser atualizado todos os anos. O que irá acontecer é que nos planos de ação esses, sim, têm tempos de vigência mais pequenos e depois haverá atualizações de dados parcelares. Isto no que diz respeito aqui ao cronograma e aqui ao plano de ação. -----

----- Quanto aos sem-abrigo, aos imigrantes, à precariedade habitacional, à educação, não vou agora falar de todas essas questões porque existe uma estratégia local que já houve aqui uma ação específica e houve uma Assembleia específica relativamente à estratégia local de habitação, está a ser neste momento adjudicada a carta de habitação que irá ser construída agora também num prazo de seis meses, acho que é o prazo de tempo para a construção da carta. -----

----- Relativamente à educação, também existe uma carta e existe um plano estratégico, está neste momento em revisão porque esse é revisto de quatro em quatro anos e neste momento está em revisão para apresentação à reunião de Câmara e depois para vos dar conhecimento. Portanto, apesar de tudo acabar por convergir e aqui temos os dados todos nas áreas, na realidade depois existem documentos parcelares,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estratégicos e de ação, assim como existe um prazo para a juventude, existe um para o desporto, cada um depois são trabalhados de forma parcelar. Por isso é que este documento é muito grande, porque acabámos por ter várias áreas no mesmo documento. É um documento de consulta, é um documento essencialmente de diagnóstico, apesar de existir também um diagnóstico para que todos possamos, porque isto é uma ação concertada entre público, privado e ainda as IPSS com todos, temos que convergir para o mesmo caminho e daí termos também o CLAS onde tomamos todas essas decisões de forma concertada para que consigamos chegar a um caminho de concertação e de melhoria de qualidade para os nossos concidadãos. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ouviu com atenção as respostas da senhora Vice-Presidente, mas quer dizer pede imensa desculpa, mas não ficou convencido e crê que não respondeu àquilo que, nomeadamente aqui a bancada questionou ainda há um bocadinho. A senhora falou aí nos planos da ação parcelares que vão sendo feitos, ó senhora Vice-Presidente, então sendo assim quer dizer que temos uma Carta Social manifestamente desatualizada, que contrariamente àquilo que acabou de dizer não é só um documento de diagnóstico, é um documento prospetivo e estratégico, a senhora disse que era de diagnóstico, não, um diagnóstico é para depois apontar estratégias e um caminho, e isso aqui está manifestamente em falta e, portanto, temos aqui uma manta de retalhos, que é uma Carta Social manifestamente desatualizada e depois temos documentos parcelares, os tais planos de ação aqui e ali, sobre isto e aquilo que depois vão ser aqui cozidos com isto que está desatualizado. Portanto, isto é uma coisa, enfim, é uma coisa inaudita, eu nunca vi uma coisa destas muito sinceramente e quando a senhora diz, bom é impossível ter dados atualizados, se calhar será, mas com este hiato temporal, então é manifestamente impossível, aí estamos de acordo, é manifestamente impossível, nunca poderíamos ter dados aqui atualizados, era impossível, aí é. -----

----- Depois, a senhora deputada Marina Esteves, é sempre um prazer ouvir a senhora deputada, enfim, sobretudo quando não é apenas sobre o RGPD e a transmissão das assembleias, a senhora falou em discurso, eu não fiz discurso nenhum, fiz uma intervenção, a senhora é que leu um discurso e senhora deputada não falar dos sem-abrigo que não estavam praticamente referidos no documento, não falar dos imigrantes que não estão referidos no documento e dizer que é do melhor que há, enfim, é uma defesa fraquinha do que está aqui em cima da mesa e é uma forma, desculpe dizer-lhe com todo o respeito e amizade que tenho por si, foi um bocadinho pouquinho para debater aquilo que estamos aqui a dizer, mas o documento tem tantas lacunas senhora Vice-Presidente, tantas que eu já aqui referi, mas tem aqui uma coisa muito útil, tabela dois cinco oito, georreferenciação das associações culturais, tem o código de georreferenciação das associações culturais, desportivas e recreativas. Portanto, nós olhando para aqui conseguimos saber onde é que é o clube hípico de Santa Isabel, o código, o clube naval D. João II e por aí fora, que é uma coisa como todos sabem para efeitos de Carta Social, é relevantíssima. Para que é que este documento há-de falar sobre imigrantes, sobre cidadãos em situação de sem-abrigo, quando temo um código de georreferenciação das associações



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desportivas e culturais do concelho? Senhora Vice-Presidente, convenhamos quer dizer aqui as prioridades do documento estão aqui um bocadinho indefinidas e baralhadas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que irá prosseguir com as suas perguntas. Já fiz aqui um certo corte nalgumas, porque já foram correspondidas pela senhora Vice-Presidente. Ora, na pergunta, de que forma a autarquia poderá vir a ser um parceiro na saúde e apoio psicossocial, que medidas em facilitar o acesso aos serviços de saúde mental, especialmente em crianças. Que estratégias adotará a partir da Carta Social Municipal, no combate ao isolamento social dos idosos e promoção à sua integração. -----

----- No emprego, que programas disponíveis virão para o apoio e requalificação profissional a desempregados de longa duração. Que incentivos ao empreendedorismo social ou sustentável, e por último, na participação cívica, quais os mecanismos a adotar pela Carta Social Municipal, em que os cidadãos possam interagir e participar na atualização da mesma, e disse. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ouviu com atenção os esclarecimentos que o executivo deu sobre o documento, mas ela acha que aquilo que se deve discutir e ainda não se falou é de facto da projeção às respostas sociais, e aí é que o documento é mesmo muito curto, fica muito além daquilo que são as necessidades atuais e serão em 2030. É assim, o documento faz aqui a projeção dos números da projeção das respostas sociais, portanto o que está instalado previsto em 2025 e para 2030, e temos aqui casos inclusive, por exemplo, na educação pré-escolar, em que há uma previsão em 2025 de dois mil oitocentos e noventa e um estabelecimentos e em 2030 esse número em vez de aumentar, diminui, e depois há aqui, por exemplo, o caso do lar de crianças, em 2025 há uma projeção de cento e cinco unidades, para 2030 há apenas mais uma, ou seja, em todos os parâmetros das projeções das respostas sociais o único campo em que vemos que de facto há uma diferença entre a capacidade instalada que existe e a projetada a 2025 e a 2030 é no que diz respeito às pessoas idosas e de facto é isso que nos preocupa. Mais do que a parte expositiva do documento e da parte que é estatística, sinceramente não nos importa, aquilo que deixa preocupação e reservas à bancada, é de facto as projeções para as respostas sociais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões levantadas pelo deputado Mário Espinha, saúde mental. Saúde portanto, falou sobre saúde, participação cívica, emprego e empreendedorismo na área, não registei bem onde é que era a área do empreendedorismo, portanto vou-me focar nas outras três. Saúde mental. O que existe em termos de perspetivas e o que está a ser feito, para além do protocolo existente com o hospital, temos o centro de dia a funcionar neste momento e bem com uma resposta alargada e com uma parceria também com o movimento associativo local no sentido com a vela, não tem o nome vela solidária porque tem outro nome, não é vela adaptada, é mesmo um projeto específico para os utentes do centro de dia que fazem vela e é uma forma também de saírem e ter um projeto de vida e também na área da jardinagem.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Tem um nome o projeto, mas eu agora não me recordo do nome do projeto, está-me a falhar, só me estou a lembrar de vela adaptada, mas tem um em específico para a saúde mental. Temos também as nossas técnicas nas escolas, em cada equipa existem técnicas que fazem encaminhamento, além de fazerem diagnóstico fazem encaminhamento para as respostas existentes no concelho. Temos consciência que não são as suficientes para o número de crianças e jovens que neste momento estão a necessitar de terapias mais específicas. Fazemos muitas e temos um plano largo, ao longo de todos os meses temos uma ação, em que pelo menos duas ao longo do ano, duas, três são na saúde mental dirigida aos pais e encarregados de educação, no sentido de poderem ajudar os seus filhos a fazer um diagnóstico em casa e terem algumas estratégias em casa para poder ajudar, isto no caso dos jovens. -----

----- No caso dos idosos também, nos nossos centros de convívio, nos centros sénior também fazemos ações com psicólogos, no sentido de ajudar os idosos, porque também temos alguns idosos a necessitar de apoio no que diz respeito à saúde mental e que não estão a ser acompanhados nos centros de saúde. Portanto, fazemos que essa é a nossa missão, é uma missão preventiva e de alerta e depois de encaminhamento nos casos mais graves para a área da saúde. -----

----- No que diz respeito ao desemprego de longa duração e que muitas dessas pessoas que têm empregos de longa duração que acabam por ser beneficiários do RSI, temos sido, não me ocorre agora outra palavra, mas temos sido duros no que diz respeito aos planos, aos acordos que eles celebram para poder receber o RSI na procura ativa de trabalho, ao frequentarem ações de capacitação no centro de emprego no sentido de integrar essas pessoas no mundo do trabalho, porque queremos diminuir a taxa de desemprego no que diz respeito às pessoas que estão de longa duração. Existe ali uma faixa etária a partir dos cinquenta e cinco anos, cinquenta e cinco, entre os cinquenta e cinco e os sessenta que apesar de ser difícil estamos a tentar, pelo menos as pessoas que têm formação adequada e formação específica tentar integrá-las, apesar de termos consciência que a partir dessa idade começa a ser difícil, mas tudo o que têm menos de cinquenta e cinco anos o nosso objetivo é que todos tenham, num prazo curto estejam integrados no mundo do trabalho, porque existe a necessidade no mundo do trabalho. Portanto, há-de ser feito um trabalho com as técnicas e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido de integrar essas pessoas e é através do acordo que eles assinam quando recebem a prestação do RSI. -----

----- Participação cívica no que diz respeito à Carta Social. Na Carta Social, neste momento ela não está em revisão, estamos a construir o plano de ação no que diz respeito à ação social e aí sim podemos fazer, apesar de ainda não termos, estamos neste momento, acabámos de definir a metodologia, mas podemos fazer ações junto da comunidade, da população abertas, discussão para que as pessoas possam na realidade sobre determinados temas dar a sua opinião, dar ideias e possam também colaborar na elaboração desses planos de ação. Registo, e irei junto da equipa de trabalho sugerir, e penso que respondi às três perguntas. -----

----- No que diz respeito às questões da senhora deputada Marta, quando me fala nas escolas e nos idosos, como sabemos infelizmente a taxa de natalidade, apesar de termos uma boa taxa de natalidade a tendência



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é de diminuição e como tal é natural que em termos de perspetiva vá diminuindo em termos de no que diz respeito a crianças e jovens e aumente nos idosos. De qualquer maneira, teria que analisar melhor o gráfico que me está a dizer, como deve calcular em quinhentas páginas eu não sei especificamente qual é o gráfico que me está a falar, ou o quadro que me está a falar e não vou aqui debruçar-me sobre isso nem vou responder especificamente sobre determinado mapa que tinha que ver em que contexto e o que é que está na realidade agregado a esse mapa, ou a essa figura, ou a esse quadro. Portanto, não vou analisar especificamente nenhum dos mapas. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, desculpar-me-ão, mas como ainda tenho tempo vou fazer de facto as minhas quatro últimas perguntas. Na educação e inclusão escolar, o que será adotado para combater o abandono escolar e o garante da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. -----

----- Outra pergunta. Haverão iniciativas para promover a formação de jovens em áreas de alta empregabilidade no município? Outra ainda. No acesso à tecnologia e inclusão digital, o que será adotado para combater a exclusão digital entre idosos e outros grupos desfavorecidos. E se me permitem será mesmo a última. Virão apoios para capacitar famílias desfavorecidas ao uso de tecnologias digitais para acesso a serviços sociais? Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente a estas questões que me parece que não estão diretamente relacionadas com o tema em discussão, mas de qualquer maneira irei responder. Abandono escolar a crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Todas as nossas escolas de uma forma ou outra têm, não estou agora aqui a enumerar todas, mas todos os agrupamentos têm salas de ensino estruturado para crianças e jovens com necessidades educativas especiais mais duras e que de alguma forma não possam ser integradas na sala de aula. Esta não é propriamente uma responsabilidade nossa, no que diz respeito à inclusão destas crianças no mundo académico é de cada agrupamento escolar. No entanto, nós temos a sensibilidade para ajudar as escolas a dar melhores respostas com as nossas equipas nas escolas que têm psicólogos, têm assistentes sociais, iremos fazer agora uma alteração ao mapa de pessoal, no sentido também de colocar terapeutas da fala que já percebemos que também é uma grande necessidade das escolas e por isso apesar de não ser da nossa competência percebemos que é uma grande lacuna e por isso vamos pedir uma alteração ao mapa de pessoal nesse sentido para ajudarmos estas crianças e jovens, não só os que têm necessidades educativas mais duras, mas também aqueles que precisam de um apoio na escola para superar uma determinada dificuldade e depois poderem fazer uma vida perfeitamente dita normal do que é que é isto da normalidade. Para além disso, percebemos que as famílias que têm estes jovens e crianças têm muita dificuldade em ter locais onde eles possam ficar nos períodos não letivos, para isso temos uma parceria com os agrupamentos escolares, no sentido dessas salas de ensino estruturado não fecharem durante as interrupções letivas, portanto estamos a falar no Natal, Páscoa e até que vai à próxima reunião de Câmara, já tivemos o ano passado e vai à próxima reunião de Câmara novamente, Natal, Páscoa e julho, as unidades



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



continuam abertas com os nossos funcionários e com as nossas técnicas e depois no mês de agosto fazemos uma parceria com a Teia de Impulsos que é o projeto FICA e todos os jovens podem permanecer na escola até dia 15 de setembro para ajudarmos as famílias e estes jovens a ter experiências diferentes. -----

----- Relativamente ao abandono escolar, a taxa de abandono escolar na nossa cidade não é, temos alguma taxa de abandono, mas não é das mais elevadas, o que significa que são essencialmente jovens que já completaram de alguma forma os dezoito anos, porque até aos dezoito anos são obrigados a estar na escola e depois não consideramos abandono escolar porque não terminaram a escolaridade obrigatória, ou seja, eles atingiram os dezoito anos, estiveram na escola até aos dezoito anos, mas não fizeram foi o percurso escolar no tempo dito normal, ou seja, começaram no primeiro ano e foram de forma contínua até ao décimo segundo ano. Muitas vezes são jovens com dezoito anos que acabam por estar no décimo ano, não se enquadram na oferta existente e a oferta na cidade é muito alargada, para além das três escolas secundárias com uma grande diversidade de oferta ainda temos a Escola de Hotelaria e Turismo que eles podem ter uma oferta mais específica, temos a DUAL, temos lá em baixo o CLCC, que não se chama assim a escola, a escola Gil Eanes. Portanto, existe uma grande oferta, mas há jovens que não se enquadram e não querem de alguma forma seguir este percurso. Nós continuamos a apostar na formação, achamos que esse é o caminho, a realidade é que existem jovens que ainda não acreditam que esse é o caminho. Mesmo nas comunidades, como é o caso da comunidade cigana que até há muito pouco tempo, e eu digo pouco tempo, há dez anos atrás, eles raramente saíam do quarto ano, conseguiam completar o quarto ano de escolaridade, neste momento é uma comunidade que pelo menos até ao nono ano todos frequentam e até com o sucesso académico muito relevante, e eu acredito que esta também é uma forma de nós mudarmos a matriz social, e uma matriz social que leva quinze a vinte anos a ser mudada, este é o caminho, esta é a nossa aposta e a verdade é que temos vindo a conseguir fazer isso até à data e esperamos que futuramente tenhamos esses jovens a terminar o décimo segundo ano, porque isso também vai fazer diminuir as pessoas que estão em empregos de longa duração, vai fazer com que tenham mais qualificação para terem outros empregos, e esta continua a ser a nossa aposta em articulação com os agrupamentos escolares e felizmente neste momento posso dizer que temos diretores bastante empenhados nesta missão em conjunto connosco e certamente daqui a quinze anos teremos um diagnóstico diferente. -----

----- Inclusão digital de pessoas mais desfavorecidas ou dos idosos e falou também das pessoas com menos capacidade económica que não conseguem aceder a estas formações, ou capacitar-se no que diz respeito à formação digital. Juntamente com as Juntas de Freguesia existem processos de capacitação destas comunidades, têm planos de ação, têm ações de capacitação para ajudar estas pessoas a ter melhor performance em termos digitais. -----

----- No que diz respeito aos idosos. Dos idosos temos pelo menos um centro que é um centro digital sénior, que funciona, não tem este nome, eu estou a olhar para o técnico que nos ajuda nessa informação. Sim, como é que se chama este projeto? O centro digital é isso. Temos o centro digital no centro de convívio sénior de Portimão, onde semanalmente existem dois dias onde é dada formação e onde são ajudados os idosos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que queiram, pelo menos todos os que frequentam os nossos centros de convívio e os centros de convívio sénior, portanto existem de duas metodologias, centros comunitários e os centros de convívio sénior que podem frequentar essas ações de formação e de capacitação e ajudá-los a fazer o básico por forma a poderem comunicar com os seus familiares, a poderem escrever um e-mail, a conseguir preencher um formulário, coisas simples que os ajudam a estar mais incluídos. Disse, senhora Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **Ponto 2-b)** Discussão e votação da Carta Social Municipal de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº737/24**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	1	1	4
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	1	0	0	11

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por maioria**, a Carta Social Municipal de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº737/24**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-c)** Discussão e votação da criação do Conselho Municipal da Mobilidade de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº843/24**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que gostaria de fazer um esclarecimento. Efetivamente na deliberação de Câmara refere a «criação do Conselho Municipal da Mobilidade» e também propõe a «aprovação de um regulamento de funcionamento». O entendimento quando foi feita a convocatória da mesa, é que sendo o Conselho Municipal da Mobilidade obviamente um conselho consultivo, pela expressão que tem escrita na informação é um conselho consultivo do senhor Presidente na área da mobilidade e, portanto, é da iniciativa camarária e, portanto, não está regulado os seus termos de criação na lei como existe com outros conselhos consultivos, como é o caso do Conselho Municipal da Educação, da Segurança, que têm um enquadramento legal e, portanto, tem que ser respeitado, a própria rede social e, portanto, a comissão da rede social, a comissão alargada e a restrita, ainda me recordo dos termos, portanto têm uma definição legal. Este é um conselho consultivo da iniciativa do senhor Presidente que foi aprovada em reunião de Câmara e que trazia e traz associado uma proposta de regulamento do Conselho Municipal, mas que é um regulamento de funcionamento. Entende a Assembleia Municipal que sendo um regulamento de funcionamento, a proposta está aprovada pela Câmara que tem competência para isso, não é necessário que a Assembleia aprove, poderia fazê-lo, mas fica depois mais, é mais fácil se no âmbito do conselho consultivo depois entenderem alterar as normas, porque é do seu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



funcionamento o conselho o fará e, portanto, será mais fácil assim e depois a Câmara fará a sua alteração se assim o entender sem ser necessário vir à Assembleia Municipal e, portanto, nós efetivamente vamos pôr à discussão e à votação a criação do Conselho Municipal da Mobilidade de Portimão e só isso. Pronto, era isso.

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu ouvi com atenção aquilo que a senhora esteve a dizer, mas parece-me que sem entrar aqui diretamente na questão do articulado do regulamento que é proposto, a discussão sobre a criação do conselho é um bocadinho indissociável do resto, porque não vejo, mas a senhora se calhar terá uma forma de contornar isso, não vejo como é que se pode discutir a criação de um conselho, nomeadamente sem discutir o objeto do conselho, não é, do conselho consultivo. Quer dizer, então vamos só dizer, bom, então criamos o conselho. Sim, mas criamos para quê, com que objeto, com que funções, com que finalidade? Portanto, isto está, uma coisa está ligada indissociavelmente à outra sem entrar aqui nas questões mais finas do regulamento, a composição, eventualmente os direitos e deveres que cada um dos membros tem e a forma como depois são convocadas as reuniões, por aí fora. Agora, discutir a criação do conselho propriamente dito, é discutir depois aqui matérias que estão no regulamento, nomeadamente o objeto da comissão. Parece-me que uma coisa está ligada intimamente à outra a não ser que a senhora me consiga explicar que é diferente. Não é? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai tentar explicar ao senhor deputado, é sempre difícil, nunca é fácil. Não, não, é culpa dos dois, eu assumo também as minhas responsabilidades. Como sabe, se eu não souber explicar, é porque não me soube explicar e, portanto, é assim. Eu tentei explicar porque é que não tinha levado, aquilo que é matéria da competência da Câmara Municipal está definida na lei. Aquilo que é competência da Assembleia Municipal está definido na lei. Neste caso, a informação nada nos impede o mais quando podemos o menos, nada nos impede de aprovar o regulamento de funcionamento. Agora, o regulamento de funcionamento é uma competência própria de quem propõe, que é a Câmara e de quem vai ser regulado por esse regulamento. Nós já aprovámos aqui diversos conselhos consultivos e nunca aprovámos os regulamentos de funcionamento, porque se os regulamentos de funcionamento tiverem eficácia externa, obviamente têm que vir à aprovação da Assembleia Municipal. Isso é o que estabelece a lei e o regime jurídico das autarquias locais. Neste caso é o regulamento de funcionamento, o objeto da informação está estabelecido na informação dos serviços da Câmara a toda a composição. O regulamento só refere o regulamento de funcionamento e, portanto, por isso nós não vamos além daquilo que é as nossas competências até porque causará aos senhores membros do conselho consultivo a dificuldade se quiserem alterar tem que se convocar uma Assembleia Municipal, não há necessidade disso e, portanto, o regulamento será apreciado, já foi apreciado pela Câmara e será apreciado pelo próprio conselho consultivo. Nós não temos que nos pronunciar relativamente a essa matéria. Não nos pronunciamos, e eu discuti isso em conferência de líderes, disse ao senhor deputado qual era o meu entendimento da informação, acho que me expliquei e que justifiquei, as bancadas concordaram, a conferência de líderes também é um conselho consultivo, também é um conselho consultivo da mesa da Assembleia, ouvi as opiniões e aquilo que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eu referi foi, eu vou apenas e só pôr à votação e tive o cuidado de explicar, «discussão e votação da criação do Conselho Municipal da Mobilidade». -----

----- A proposta do regulamento de funcionamento será algo que já está pré-aprovado na reunião de Câmara e que depois os senhores conselheiros se assim o entenderem poderão introduzir alterações se fizerem propostas nesse sentido. Ele não tem eficácia externa, se tivesse eficácia externa tinha que ir a discussão pública. Não foi a discussão pública, também nunca poderia vir aqui porque também não foi a discussão pública, teria que ter a discussão pública, mas entendo que não, é um regulamento apenas de funcionamento e, portanto, se não for apenas de funcionamento, quando ele for constituído o conselho consultivo, mandará a Câmara para a Assembleia Municipal. Eu acho que me fiz entender, é uma matéria tão simples e tão clara, o que nós vamos aprovar é a criação do Conselho Municipal da Mobilidade de Portimão, até porque uma matéria prejudica a outra. Imaginemos que por absurdo que não seria aprovado, também não teria lógica estarmos a aprovar o regulamento. Portanto, posta esta questão e eu esclareci isso, vamos pôr à discussão a criação do Conselho Municipal de Mobilidade de Portimão. Façam favor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que as suas três primeiras palavras sobre este assunto vão para o senhor vereador José Cardoso e são aleluia, aleluia, aleluia, finalmente vem aqui o conselho. Sim, senhor vereador, porque o PMUS já leva um ano, o pelouro penso que ainda é seu, ou já não é? Já não é seu o pelouro? Ainda é, ainda é, então são para si. O PMUS já leva mais de um ano de vigência e eu já, enfim, pelo menos umas três ou quatro vezes tinha perguntado o que era feito deste conselho e a coisa foi sendo aqui adiada, finalmente aqui vem a proposta e em boa hora. Eu analisando aqui a informação técnica que serve de base aqui à proposta, e agora esquecendo-me da questão do regulamento que já foi aqui abordada ainda agora, olhando aqui para as atribuições ou para o objeto do conselho, eu parece-me que faltará aqui uma coisa, e pergunto ao executivo se não faria sentido que ela estivesse aqui. -----

----- Questões como o aprofundamento de conhecimento e a caracterização de diversos aspetos que respeitam à mobilidade está aqui, «identificar, analisar os principais problemas do setor da mobilidade», enfim, muito bem, «hipóteses de trabalho e abordagem para problemas identificados», falta aqui uma coisa relativamente ao PMUS que é a questão da avaliação da execução do plano e monitorização do plano. Eu acho que este conselho devia ter além das competências que estão aqui e além do objeto que está aqui, deveria ter aqui uma competência expressa que era acompanhar e auxiliar na monitorização do plano, da execução do plano, porque se temos o plano aprovado há pouco mais de um ano e temos um conselho consultivo que auxilia no pensamento, na análise, no diagnóstico e no apontar de medidas corretivas das questões da mobilidade no concelho, não me parece que faça muito sentido esquecer aqui nas atribuições do conselho a questão do acompanhamento da execução do plano e de uma ação muito concreta de monitorizar essa execução auxiliando o executivo nesse procedimento. Portanto, parece-me que isso faria sentido ficar aqui. Pergunto ao executivo porque é que não foi contemplado aqui. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que desta vez começará por uma pergunta e depois pela respetiva introdução, há sempre uma exceção à regra. Ora, eu começaria pela pergunta que é, na composição do Conselho Municipal da Mobilidade diz a alínea e) que estão contidas referências em instituições públicas de carácter nacional, regional e local relevantes. Pergunto eu, a que instituições ou entidades faz a referência? Essa é a minha pergunta. -----

----- Agora, passaria a uma introdução. A criação de um Conselho Municipal da Mobilidade em Portimão será uma iniciativa interessante e relevante se for realmente abordar os desafios da mobilidade urbana de forma participativa e estratégica que o concelho de Portimão enfrenta. -----

----- As vantagens e importância da participação cívica neste conselho permitirá a envolvimento de especialistas, associações e empresas no processo decisório, promovendo soluções que atendam às necessidades reais da população. A sustentabilidade do planeamento ajudará e permitirá alinhar os planos municipais com as políticas de mobilidade sustentável, como na redução de emissões poluentes, na promoção dos transportes públicos e opções de mobilidade suave (bicicletas e peões). -----

----- Na abordagem multissetorial devem reunir-se representantes de diferentes áreas como o urbanismo, comércio, ambiente, turismo, entre outras que possam garantir soluções mais completas e equilibradas. -----

----- No apoio à inclusão, melhorará o acesso para pessoas de mobilidade reduzida, crianças e idosos, garantindo que todos possam beneficiar das mudanças propostas, diversificando a sua representatividade, o conselho deverá ser representado pelos diversos órgãos do poder local e Assembleia Municipal, assim como instituições de carácter público e privado, bem como representantes da sociedade civil. Na sua monitorização há que basear as suas decisões em estudos sob tráfego, qualidade do ar e fluxos populacionais, assegurando que as mudanças propostas sejam fundamentadas. -----

----- Dar prioridade na educação cívica, promovendo campanhas para conscientizar ou consciencializar os cidadãos sobre as vantagens da mobilidade sustentável e envolvimento da população com metas claras. -

----- Melhorar os transportes públicos, criar mais ciclovias, zonas estritamente pedonais, não com motorizadas e trotinetes e bicicletas e integrar tecnologias para facilitar deslocações. A melhor esquematização e planeamento poderá aliviar o tráfego nos horários de pico. -----

----- Aumentar a qualidade de vida com mais zonas verdes, menor ruído e melhor mobilidade que possam trazer benefícios diretos à população. Uma cidade mais acessível e melhor conjugada pode atrair mais visitantes e investimentos. -----

----- Se bem estruturado o Conselho Municipal da Mobilidade, poderá ser uma ferramenta poderosa para fazer de Portimão uma referência em mobilidade sustentável e inclusiva desde que saia do papel para uma ação continuada no tempo, promovendo o assunto em causa num pilar suprapartidário e de interesses a todos os municípios. Disse, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, teríamos aqui umas dúvidas quanto à composição deste conselho, quando, por exemplo, nestes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



representantes de associações empresariais e de comércio e serviços, se só estão incluídos o comércio e serviços, ou se estão outros setores. Se houver outros setores, gostaríamos de saber quais. -----

----- Ainda aqui, é um reparo que fazemos, o porquê de não estarem aqui representados representantes de trabalhadores ou através dos sindicatos, ou através das frentes sindicais, e parece-me que dessa forma não está neste documento explanado nesta composição todo o tecido social de Portimão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o que pretendemos, isto era um compromisso nosso desde o nosso plano de mobilidade e, portanto, em boa hora agora trazemos aqui a esta Assembleia. -----

----- Depois, é mesmo para monitorizar tudo aquilo que está para ser implementado e que já está inscrito no nosso plano. Portanto, é para isto também que queremos criar este Conselho da Mobilidade. -----

----- Depois, no preâmbulo se olhar para onde está o regulamento, está lá na alínea logo em baixo, no último parágrafo é isso mesmo que diz. -----

----- Depois, os membros a convidar, e se calhar até sobre a nossa proposta, depois na primeira reunião são estes os membros que gostávamos de convidar, portanto sou eu, é o vereador com o pelouro da mobilidade, são os presidentes de Junta, representantes de cada força política com assento na Assembleia Municipal, administração dos portos de Sines e do Algarve, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, CCDR Algarve, Região de Turismo do Algarve, Comunidade Intermunicipal, a AMAL, Universidade do Algarve, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, agrupamento de escolas da Bemposta, agrupamento de escolas Nuno Mergulhão, agrupamento de escolas Júdice Fialho, agrupamento de escolas Manuel Teixeira Gomes e agrupamento de escolas Poeta António Aleixo. Depois, pretendemos ainda convidar o CHUA e os agrupamentos de centros de saúde, neste caso com a ULS. Associação Nacional dos Transportes Rodoviários e Automóveis Ligeiros e a Antral, a Federação Portuguesa do Táxi, a Associação Nacional do Movimento de TVDE, a APCS, que é a Associação Comercial aqui em Portimão, a ACRAL, o Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, Associação Portuguesa de Deficientes, a ACAPO, Associação dos Cegos também de Portugal, a Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Proteção Civil Municipal, bombeiros voluntários, polícia marítima, Vai e Vem, o VAMUS, que é o transporte do Algarve, os Comboios de Portugal ou a CP e a empresa municipal EMARP. São estes todos e acho que responde às perguntas do senhor deputado Mário Espinha. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, é apenas uma sugestão senhora Presidente e senhor Presidente, onde é que estão aí as Infraestruturas de Portugal, que acho que deviam de ter uma palavra a dizer neste plano, não é? É uma sugestão. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, tanto convite a tantas instituições, eu questionava o seguinte, se também convidaram alguma comissão para estudar a cidade de Portimão, portanto a nível para implementar estas medidas de mobilidade que muitas vezes não passam do papel e do livro, que são bonitas, são medidas bonitas, mas não são exequíveis na nossa cidade. Portanto, nós temos uma cidade com passeios estreitos, com ruas estreitas,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a minha questão é o seguinte. Os senhores fizeram algum estudo prévio antes de estudar a cidade, as larguras das vias para implementar estas ideias luminosas de tanta mobilidade e tão boa mobilidade para Portimão? É que eu quando estou a ouvir-vos parece que estou numa cidade como Barcelona que é tudo plano, não, nós temos uma cidade bastante complexa a nível de ruas e de latitudes. É que eu vejo tanto estudo de mobilidade, tantas soluções, mas o que eu vejo são passeios de cinquenta centímetros, menos de cinquenta centímetros com as calçadas todas a saltar e que de mobilidade nada trazem. Portanto, os senhores estão a falar, parece que nós estamos a falar de uma cidade como Nova Iorque, quando nós temos uma cidade como Portimão que tem necessidades básicas, parece que os senhores estão a esquecer essas necessidades básicas e a resolução de problemas básicos que a nossa cidade que tem. É isso que eu gostava, de tanto convite de tantas instituições, se os senhores não estarão a fazer uma casa pelo telhado e esquecem-se da base. Portanto, é isso que eu gostava que me esclarecessem se esta cidade teve um estudo prévio, um estudo prévio para implementar todas estas regras com todas estas medidas e soluções de mobilidade para a cidade de Portimão, e deixo a questão. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu agradeço as respostas em relação à questão das competências, mas senhor Presidente, eu, enfim, conforme foi evidente não quis entrar no artigo quatro do regulamento nem no preâmbulo, não é, porque nem estamos a discutir o regulamento, e da informação, não está lá dita aqui a questão do acompanhamento do PMUS. Portanto, não entrando no regulamento, ainda assim, ou melhor, já agora, vamos entrar no regulamento, dizer no preâmbulo se calhar nem é suficiente, se calhar convém dizer no articulado no objeto da comissão, não é, porque nem está lá, mas pronto eu não quis realmente falar do regulamento, dado aqui o enquadramento que foi feito aqui no início da discussão do ponto. Parece-me que devia de ficar isso bem expresso, mas se calhar será uma questão o conselho na sua reunião inicial, sendo que ainda há aqui outra questão, ainda há aqui outra questão que foi também aqui levantada sobre as infraestruturas, ainda há outra questão em relação à natureza do regulamento que eu também tenho aqui algumas dúvidas, porque o regulamento a partir do momento em que prevê que não tenham assento entidades externas ao município, não sei até que ponto é que não terá a eficácia externa que é uma questão a discutir, mas depois isso será noutra sessão eventualmente. Portanto, só para dizer isto, parece-me que em termos de atribuições deve ficar isso expresso e bem claro porque acho que é importante que esta comissão tenha essa atribuição muito clara e muito específica. Era só isto. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que só queria clarificar. A informação escrita diz, «este conselho terá como principais objetivos, contribuir para o aprofundamento do conhecimento e respetiva caracterização dos diversos aspetos que compõem a mobilidade concelhia, identificar e analisar os principais problemas do setor da mobilidade no concelho, formular hipóteses de trabalho e de abordagem para os problemas identificados, efetuar recomendações sobre matérias no âmbito da mobilidade no concelho». Estes são os grandes objetivos que constam na informação que foi aprovada em reunião de Câmara, portanto não sei se haverá. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que a questão que coloca é, qual é a relação entre o Conselho Municipal de Trânsito e este conselho consultivo? Se irá haver, ele já não reúne há muito tempo, o Conselho Municipal de Trânsito. Eu já disse aqui nesta Assembleia, continuo a aguardar um regulamento municipal de trânsito para regular a mobilidade, também interfere e gostava de saber então qual será a opção do município, é se um coadjuva o outro, ou se vão deixar cair o Conselho Municipal de Trânsito, porque também ele já não funciona e já não reúne há muito tempo. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o trânsito também vai estar dentro da mobilidade. Isso é uma das coisas que pode estar aí depois em cima da mesa quando reunirmos esta primeira comissão, porque se calhar não faz sentido termos os dois conselhos, mas depois vamos discutir esse assunto também. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que pensa que não foi respondida a sua questão, considerando a sugestão de integrarem também nesta composição, representantes de trabalhadores através ou de sindicatos, ou de federações sindicais e, portanto, era só perguntar se ponderam ou não essa solução. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que não ponderam, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o senhor Presidente já respondeu, não pondera, portanto o executivo não pondera e o senhor Presidente disse isso. Portanto, a resposta está dada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que surgiu-lhe uma questão que é, se há pessoas que este Conselho Municipal de Mobilidade e esta estratégia interessa, é exatamente ou a idosos, ou a trabalhadores que dependem do transporte público, e pensando nestes dois grupos especialmente com interesse naquilo que é a mobilidade no concelho de Portimão, onde é que o senhor Presidente pensa integrá-los como representantes neste conselho. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, dos idosos, senhora Presidente, só temos uma associação de reformados no Pontal e não só. Portanto, seria se calhar, não sei qual é a proposta do senhor deputado, mas analisando depois e na comissão poderá, idosos em Portimão só temos uma associação. Não sei se o senhor deputado tem esse conhecimento, mas na realidade não temos. Temos pessoas com deficiência, com problemas de mobilidade também temos nesta comissão, de idosos não colocámos porque também não nos lembramos de nenhuma, mas de qualquer maneira, depois as escolas vão apoiar também, podemos pôr algum lar ou alguma coisa, podemos depois na comissão ver para fazer esse acompanhamento. O centro de saúde também vai estar e o hospital também. Portanto, são entidades que também podem fazer essa referência. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **Ponto 2-c)** Discussão e votação da criação do Conselho Municipal da Mobilidade de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº843/24**, tendo obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	0	1	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por maioria**, a criação do Conselho Municipal da Mobilidade de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº843/24**. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 5ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia três de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, foi respondido por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



P'la 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(José Júlio de Jesus Ferreira)